



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1149/11	DATA: 16/08/2011
INÍCIO: 15h19min	TÉRMINO: 18h24min	DURAÇÃO: 03h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h04min	PÁGINAS: 66	QUARTOS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RONALDO GIL PEREIRA – Representante do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários.
FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM – Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA.
ANTONINHO ROVARIS – Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.
ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS – Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar, do MDA.
DÉCIO COUTINHO – Coordenador-Executivo da Comissão de Sanidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA.

SUMÁRIO: Implantação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária — SUASA.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Senhoras e Senhores, boa tarde.

Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, convocada para debater o seguinte tema: Implantação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária — SUASA.

Esta audiência pública foi proposta pelos Deputados Celso Maldaner, que vos fala, e Moacir Micheletto, do PMDB do Paraná.

Foram convidados para participar desta audiência os Srs. Dr. Francisco Sérgio Ferreira Jardim, Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA; Dr. Arnaldo Anacleto de Campos, Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar, do MDA.

Está presente a Dra. Luciana Pomilio e o Sr. Ronaldo Gil Pereira, que vão representar o Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários; Dr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG; Dr. Décio Coutinho, Coordenador-Executivo da Comissão de Sanidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA; e o Dr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, que justificou a ausência.

Convido todas as autoridades, já identificadas, a tomarem assento à mesa.

Informo aos Parlamentares que os expositores terão um prazo de 20 minutos para falar, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar quaisquer dos presentes.

Para iniciar nossa audiência pública, vou passar primeiro a palavra ao Sr. Ronaldo Gil Pereira.

O SR. RONALDO GIL PEREIRA - Boa tarde a todos. Quero dizer que é uma satisfação muito grande poder falar, em nome do Sindicato dos Médicos, dos Veterinário e dos Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura, aos Parlamentares e às senhoras e aos senhores.



Para já entrarmos diretamente no assunto, vamos tratar do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, que visa à integração dos diversos serviços prestados na defesa agropecuária do País, com o intuito de conseguirmos, com os dados que obtivermos com essa integração, uma melhor forma de entrosamento, planejamento, a fim de termos a sanidade agropecuária mais bem orientada.

Primeiro, gostaria de fazer uma separação, porque existe uma confusão muito grande quando se fala de Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária — SUASA, e muitos entendem como Sistema Brasileiro de Inspeção. O SISB é o Sistema Brasileiro de Inspeção, que está dentro do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e tem como base uma a Lei 7.889, de 23 de novembro de 1989, que disciplinou competências de inspeção no âmbito do Estado, do Município e da União.

No caso dessa legislação, para os senhores verem a defasagem que existe entre o tempo em que estamos agora, lançando o SUASA, para a lei agrícola, que vem complementar a Constituição, nós ficamos basicamente sem ter uma lei regulamentada para esse fim...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RONALDO GIL PEREIRA - Tudo bem, quando tiver que falar daquilo, vou levantar.

Dispõe sobre a política agrícola a Lei 8.171, que é complementar à Constituição de 1988. A partir dessa legislação, os artigos que tratavam de defesa agropecuária foram retirados dessa legislação. Para os senhores terem uma ideia, de 1991 até 1998, isso ficou sem artigos que pudessem contemplar essa área. Logo depois, em 1998, foram inseridos, então, novos artigos com nova redação e que foram regulamentados. Em 2006, por meio do Decreto 5.741, criou-se o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, que é o SUASA. Dentro dele, há os sistemas de inspeção.

O Sistema Brasileiro de Inspeção tem como base uma Instrução Normativa que foi há pouco tempo modificada em razão das diversas visitas de auditorias que fizemos aos Municípios, onde identificamos alguns problemas de ordem estrutural que fizeram com que elaborássemos essa proposta de modificação que agora foi assinada pelo Sr. Secretário.



Esse sistema visa à integração por quê? Vou tentar explicar aos senhores a importância que tem a integração do Estado, do Município e da União.

(Segue-se exibição de imagens.)

No Ministério da Agricultura, temos um sistema que aporta todas as informações no âmbito de inspeção de produto de origem animal — e aí estou falando do SISB.

Nesse sistema, fiz uma simulação para que haja o entendimento do porquê o Governo Federal lançou o SUASA. Basicamente fizemos uma simulação, colocando um estabelecimento de abate e um de produção.

Os senhores vão ver que, no dia seguinte ao abate, eu tenho um dado nosográfico, como chamamos, dados nosológicos de doença, e os dados de produção. Se eu quiser saber no dia seguinte quanto foi produzido em um determinado estabelecimento, eu tenho o quantitativo. Isso é importante? É muito importante. Eu sei, inclusive, para onde foi esse produto. No caso de *recall*, da necessidade de recolhimento desse produto, vou ter como lançar mão dele.

Basicamente, em termos de sanidade animal, o que mais interessa é o abate. E eu tenho como simular os dados de produção, se eu quiser, por meio do número do serviço de inspeção, no caso aqui, federal, porque isso só existe para inspeção federal.

Nos dados de abate, vou verificar, se eu quiser saber, nesta data aqui, qual foi o quantitativo desse dia de abate. No caso, estou considerando a espécie bovina. Vou saber exatamente que foram abatidos 4 bovinos de um lote advindo de um determinado Município. E posso saber mais. Posso saber as condenações que eventualmente foram feitas nesses lotes. Mas para que isso é importante? Se eu souber as condenações que foram feitas naquele lote, eu tenho como ativar meu sistema de vigilância e da educação sanitária. Para quê? Para ir à propriedade, a fim de que pare de ocorrer aquela doença.

Infelizmente hoje, no abate nacional temos o registro de 21 milhões de cabeça. Isso para citar um exemplo. Só que nós sabemos que, com a taxa de desfrute do Brasil, que é em torno de 20%, o abate registrado está em torno de 40 milhões. Só que só sei dos 21 milhões. Eu não sei dados de produção e de abate de 19 milhões. E o que acontece? Esses 19 milhões poderão ter doença, e eu não



saberei que doença ele têm, nem vou poder planejar o tratamento que eu poderia dar para aquelas doenças.

Simulei aqui um abate, quero saber, nesse frigorífico, nesse período, quantos animais tiveram condenação. Eu vou saber que no dia 4 de janeiro foram condenados tantos bovinos por tuberculose. Sabendo disso, tenho que lançar mão de 2 eventos: tenho de pedir ao serviço de sanidade animal que vá à propriedade para verificar esses animais com tuberculose. O outro ofício que tenho que enviar imediatamente é para a área de saúde pública, porque, como é uma doença que pode ser transmitida ao ser humano, tenho que lançar mão daquilo porque o retireiro que estava tirando leite lá pode estar doente e transmitindo aquilo para a frente.

Daí o porquê preciso saber de todas as áreas — municipal, federal e estadual —, senão não consigo controlar as enfermidades, e não tenho esses dados do Município nem dos Estados, porque não há uma consolidação geral desses dados.

O motivo principal pelo qual trabalhamos o SISB no âmbito de sanidade animal é exatamente esse. Com esse pouco tempo, queria passar aos senhores a importância que tem esses dados.

E mais, eu consigo saber qual é o motivo pelo qual aquele lote foi condenado. Se eu quiser, vou saber a enfermidade por procedência. Na procedência, por exemplo, vou saber que de Miraguai, naquela data que considere, 3 animais foram condenados por cisticercose viva. E aí vou à propriedade ver a questão do saneamento básico, para eliminá-lo, para que carcaças iguais àquelas não venham parar de novo no frigorífico, e que eu não tenha perda econômica virtual em função disso e não haja problemas de saúde pública que advenham de quem consome carne não tomando os cuidados com relação à cisticercose e, principalmente, à neurocisticercose.

Não sei se fui claro, mas basicamente o sistema tem como base esse tipo de conhecimento, porque se não o temos, fica muito difícil planejar e tomar as medidas no âmbito de saneamento.

Com relação ao SISB, de que não tratamos de modo muito amíúde, mas vamos fazê-lo, existem 3 âmbitos de inspeção. O primeiro é o Serviço de Inspeção Municipal, que tem competência para registro dos estabelecimentos que fazem apenas comércio municipal; o estadual, que faz comércio intermunicipal, e a



inspeção federal, que registra e fiscaliza estabelecimentos que fazem comércio interestadual e internacional.

O que acontece? Temos ido aos Municípios, e é um engano dizer e achar que avaliamos estabelecimento. O Ministério não avalia estabelecimento, ele não verifica se o estabelecimento apresenta dimensões ou tem qualquer tipo de não conformidade. O que verificamos é se, em tendo alguma não conformidade, o serviço está preparado e toma as medidas para salvaguardar a saúde pública e a saúde animal. É isso o que fazemos. E é importantíssimo que o serviço possa ter a capacitação e a estruturação adequada para executar a inspeção, que é o que o Ministério avalia, mas isso não vem ocorrendo. Por quê? Quando surgiu a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 — foi até no evento de uma greve —, passaram a competência da inspeção, que antes era exclusiva do Ministério da Agricultura, porque havia uma lei, a 5.760, chamada de Programa de Federalização. De acordo com essa lei, só a União fazia a inspeção. Quando se passou também para Estados e Municípios essa competência, não se vislumbrou, na época, dar estrutura adequada para a execução da inspeção. E o que aconteceu? Todos aqueles estabelecimentos que não guardavam as condições mínimas para serem abrigados pelo Serviço de Inspeção Federal, correram para as inspeções estaduais e municipais e foram abrigados sem que houvesse uma estrutura para a execução da fiscalização. E o que vemos hoje? Inclusive, se alguém tiver interesse — está catalogada a maioria dos Municípios —, qual o contingente que tem em cada Município. É um contingente que não consegue, nem de longe, amparar aqueles estabelecimentos, por causa do volume muito grande de estabelecimentos que eles têm. Em média, esses Estados abrigam 500 estabelecimentos. E o número de profissionais para tomar conta disso não chega nem a meia centena.

Então, essa dificuldade é a dificuldade maior. Além disso — os senhores sabem melhor do que eu —, existe uma dificuldade com relação à gestão dessa coisa, porque não há recursos — isso sempre é dito — disponíveis para a estruturação imediata desses serviços. Isso dificulta muito um perfeito controle desses estabelecimentos.

Nós, o Sindicato, entendemos que se não houver um cuidado nesse nível, de se estruturar os serviços, vamos ficar patinando. Por quê? O que temos feito hoje?



O Ministério, inclusive, reviu sua posição com relação à IN. Ele classifica os serviços da seguinte maneira: o serviço apresenta uma lista de estabelecimento, e nós exigimos, naquele estabelecimento, estrutura para inspecionar. Mas poucos estabelecimentos são indicados, além de poucas Prefeituras e poucos Estados terem solicitado.

E não é o prazo para atendimento a isso que vem dando problema? O problema é que não tem tido adesão voluntária para podermos auditar. E isso dificulta muito, porque, se há a questão do voluntarismo, nós não temos como exigir que o serviço faça esse pedido. Temos de trabalhar com a demanda que existe, e ela é voluntária.

As principais alterações da IN que tratavam da adesão são as seguintes: a que formaliza a auditoria prévia de caráter orientativo. Tendo em vista que praticamente nenhum Município ou Estado tinha as condições mínimas de procedimento, nós passamos a fazer — entre aspas — “auditoria orientativa”. O que é isso? Nós passamos a fazer uma avaliação dos procedimentos nos Municípios e a treinar o pessoal para que adquirisse procedimentos. Nós mudamos isso na Instrução Normativa; a outra mudança foi que, como a equipe estadual ou municipal não era composta por agentes que a demanda da legislação trazia, nós aceitamos apenas aqueles estabelecimentos nos quais estávamos listados.

Eu prefiro — não sei se a Coordenação teria alguma alternativa — responder às perguntas, porque a base do que vínhamos falar com 20 minutos era isso. Por exemplo, se houver interesse em que discutamos sobre SUASA, uma coisa muito mais ampla do que o SISB, vamos fazer isso; se não, vamos parar por aqui.

Agradecemos a todos a atenção.

Vamos esperar, então, as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Nós agradecemos ao Dr. Ronaldo a exposição.

Passamos agora a palavra ao Sr. Francisco Sérgio Ferreira Jardim, Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Muito obrigado, Presidente, Deputado Celso Maldaner, na pessoa de quem saúdo todos os membros desta Comissão.



O Dr. Ronaldo, de forma rápida, apresentou a questão da SUASA, entrando num detalhe específico, o SISB, que tem sido a grande discussão nas tratativas que nós temos tido com o Ministério do Desenvolvimento Agrária, a fim de resolvermos esse problema.

O SUASA — Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária é muito maior, muito mais amplo. Na verdade, ele é constituído por vários sistemas e cada um com foco em determinados setores. Há a questão do insumo. Vamos ver aqui o sistema na área de produto vegetal — o Dr. Ronaldo deu bastante ênfase à questão do produto de origem animal —, a legislação que vem sendo discutida.

A SUASA foi criada pela Lei nº 9.712, que alterou, na verdade, um artigo da Lei nº 8.171 (Lei Agrícola). Vários decretos vêm-se alterando — o último foi o Decreto nº 5.741, de 2006 —, e recentemente houve uma mudança de Instrução Normativa. A ideia nesse processo, na verdade, é integrar, dentro do sistema de defesa — é importantíssimo isso —, todos os atores que fazem parte desse processo. O sistema de defesa não é prerrogativa do Governo Federal, do Ministério da Agricultura. É para integrar todos os atores que fazem parte do sistema. Aí vêm outros Ministérios, outras instituições.

O pessoal do MDA está aqui. Temos que envolver nesse processo a própria ANVISA, o IBAMA — vários órgãos federais já estão sendo envolvidos —; envolver aqueles atores que estão na ponta do processo, sejam médicos veterinários, engenheiros agrônomos, zootecnistas, sejam técnicos agrícolas, eles têm de fazer parte desse sistema; envolver as lideranças, sejam da FETAESP, da FETAEG, sejam dos sindicatos rurais de produtores, sindicatos de trabalhadores, porque o sistema de defesa tem de ter informações muito fortes para que possamos, de fato, gerenciar o sistema.

O SUASA é um sistema de adesão voluntária. Algumas dificuldades criaram, algumas dificuldades nós tivemos nesses debates sobre a ação e sobre a própria legislação.

O Ronaldo falou da importância de discutirmos, na verdade, a equivalência de sistema. Nós não podemos hierarquizar o sistema. A saúde pública é lei maior. Agora, existe no Município uma legislação equivalente ao que queremos, como no Estado há equivalência. O Ronaldo disse, de forma muito clara, que, em 20 milhões



de cabeças, temos o controle em cima de 21 milhões. Dezenove milhões estão fora desse controle; que nós precisamos conhecer o SUASA, e ela visa justamente isso: integrarmos no sistema para que possamos montar políticas públicas e modernizar as várias legislações que temos. Nós temos no âmbito do sistema de defesa 24 leis, 136 decretos e mais de 5 mil instruções normativas. Temos de rever esse sistema e isso faz parte da modernização. É determinação da Presidenta.

Sentamos com o nosso Ministro do MDA, muito engajado, e, de forma muito rápida, começamos a tratar desse processo. Agora, a discussão é mais ampla: é levar a discussão ao cliente, ao usuário, ao produtor rural, porque a visão dessa questão da legislação sempre foi muito empresarial. Temos de começar a discutir alguns temas de ordem artesanal. Nós temos de discutir esse processo.

Há problemas seriíssimos em algumas regiões. Eu vou citar aqui, com referência ao queijo da Serra da Canastra, a questão da obrigação do leite pasteurizado. Nós já estamos revendo a nossa legislação, inclusive para alterar isso e permitir que se fabrique o leite cru. No passado, quando foram montadas essas regras, o momento era diferente. Hoje, o Brasil evoluiu muito no sistema de produção. Nós temos propriedade certificada como livre de brucelose e tuberculose. Há um exemplo no Rio Grande do Sul, no Vale do Taquari, em que um projeto muito interessante está sendo feito nos municípios, buscando serem livres de tuberculose e brucelose.

Então, a ideia quanto ao processo desse sistema é trazer para o sistema de informação a criação de indicadores que, de fato, gerenciem esse sistema de defesa. Defesa sanitária é comportamento. Se houver comportamento de risco, vai ter risco. Logicamente, isso traz a responsabilidade para todos os atores. O empresário rural, o produtor rural, os órgãos de representação, todos têm a responsabilidade e têm de participar do processo do sistema. Não se pode mais montar uma regra para alguém que exerce atividade econômica não participar da montagem daquela regra. Nós temos que colocar aqueles agentes econômicos, aqueles que participam da montagem da regra — pequenos produtores, médios produtores — e trabalhar de forma pró-ativa, criando vários sistemas.

Eu vou citar — o tempo vai-me permitir — alguns trabalhos que já têm sido feitos. Nós estamos num debate muito forte, inclusive envolvendo associação de



municípios. Quando falamos no SUASA, esse sistema maior, normalmente as pessoas pensam muito no SISBI, que ficou marcado. É justamente aquele pequeno produtor que produz o seu salame, o seu queijo e está tendo dificuldade de transitar com aquilo, porque infelizmente se hierarquizou e ele, sob o aspecto da saúde pública, mesmo que tenha controle e equivalência, fica cerceado em relação ao mercado. Logicamente, em função do volume de produção, ele vai ter acesso a esse mercado. Mas a discussão hoje é gerar acesso a esse produtor, mantendo o sistema de controle de avaliação. A saúde pública é, na verdade, a lei maior do processo. Nós temos informação sobre essa produção para que possamos, na verdade, inserir nesse projeto melhorias, ações corretivas, se for o caso, e fomentar a utilização de ferramentas de gestão de qualidade daqueles produtos.

Então, o SUASA tem avançado bastante em alguns segmentos. Esse envolvimento dos outros organismos... Queria abordar aqui que, a partir da última discussão, principalmente agora, estamos com novo PPA. Temos o nosso plano plurianual para esse quadriênio. Trabalhamos muito forte nisso. Aqui há alguns colegas que participaram desse processo, como Ricardo e vários outros. A qualquer momento, nós vamos conversar e tirar dúvidas com aqueles que participaram disso. Depois, com a permissão da Mesa, se os colegas do Ministério quiserem e puderem fazer manifestação, já que participaram efetivamente do processo, das discussões — é uma discussão ampla.

O Ministro Wagner Rossi tem-nos instruído para que se faça ampla discussão, envolvendo todos os segmentos. Houve várias reuniões com o pessoal do MDA. Logicamente, nessas discussões, existem enfoques diferentes, mas, na verdade, o foco maior é a defesa do produtor, no sentido de que ele tenha condições de atender...

Nessa linha do PPA, conseguimos, para o próximo quadriênio, quatro ações novas, todas focadas na implementação e na coordenação do SUASA. A primeira delas é ação de reestruturação e implantação do SUASA. Como é isso? Preocupar-se justamente em revisar a elaboração da consolidação dessa legislação. Temos, inclusive, de trabalhar em cima de boas práticas legislativas no processo. Temos de fazer com que aquelas pessoas, volto a dizer, que exercem atividade econômica, participem da montagem naquela regra de atividade econômica.



Nós temos um hábito, principalmente no Ministério da Agricultura... Sou médico veterinário e fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura há quase 40 anos — no dia 1º de outubro, faz 40 anos. O Ministério da Agricultura, nos seus 150 anos, sempre coordenou o sistema. Foi dono de universidades, como a Universidade de Veterinária e Agronomia. O Ministério da Agricultura produzia e distribuía calcário, produzia sementes, vacinas, medicamentos. E foi saindo do sistema, e o setor privado entrando nele. O setor empresarial se habituou — isso é uma percepção nossa — com que o Ministério monte a regra de atividade dele. Isso é um erro! Nós temos uma discussão muito grande. No processo de modernização, quem tem que montar regra é quem exerce atividade econômica — essa é a grande questão —, principalmente quando se tem novas tecnologias. Nesse caso, nós temos que estudar o sistema moderno que há hoje. Nós temos de trabalhar com inteligência, com a não objeção — é assim que funciona —, e controlarmos. Aí, sim, trabalhar e controlar aquela nova tecnologia para que ela não venha a trazer riscos, no caso, ao consumidor e ao próprio setor produtivo.

Então, com relação à primeira ação, abordei aqui a legislação. Hoje, nós temos uma meta. Em 2012, essa meta é a de conseguir a adesão de 150 Municípios, em todos os Estados; em 2013, mais 250 Municípios; em 2014, 300 Municípios e, em 2015, mais 400 Municípios, que irão perfazer um total de 1.100 Municípios. Essas são as metas com as quais estamos trabalhando em parceria com o MDA. É importantíssima a parceria do MDA nesse processo.

A segunda inovação trata justamente da coordenação e da auditoria do SUASA, focada principalmente no processo de implementação e supervisão permanentes do desempenho dessas atividades. Nós temos que ficar avaliar continuamente esse setor produtivo, essa produção, esse produtor. Temos que ter uma estrutura laboratorial que nos dê um forte suporte para analisarmos e introduzirmos melhorias no processo, treinar e preparar pessoas para o avaliarem, o que já estamos fazendo.

A terceira ação vai ter um foco importante, vai precisar ter forte integração com todos os órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, que é o combate à clandestinidade. Nós sempre somos surpreendidos com a comercialização clandestina de produtos, seja de carne, seja de leite, seja de queijo, muitas vezes



porque o sistema adotado, na verdade, não facilitava o trabalho do produtor. Então, nós temos que trazer esse processo para dentro do sistema e trabalharmos dentro da orientação e da organização do setor para que não se repita o que aconteceu.

Citei aqui o caso da Serra da Canastra, que é um produto tradicional. Nós estamos fazendo a revisão do rio. Eu acho que vai ser um grande avanço nesse processo.

Quanto a esses números e quanto à preocupação do colega Ronaldo em relação à identificação de determinada zoonose, muitas vezes, nós a identificamos em alguma indústria. Se chegarmos a ter um nível de condenação em função de cisticercose... Na verdade, a cisticercose é uma doença de caráter econômico e social, porque ela vem de uma verminose séria. Nós estamos falando não só da área de bovinos, como da área de suínos. Então, se lá existe a verminose — sabemos que o homem é o hospedeiro definitivo —, a cisticercose, é porque tem alguma pessoa contaminando o animal porque ele é o hospedeiro intermediário do processo. Se temos um índice de 4% de condenação por causa da cisticercose, vai haver depreciação do animal. Esse animal tem que ser tratado com o frio, ele tem que ser congelado. Com isso o produtor perde e logicamente sofre com alguma ação dos serviços de saúde pública.

Por isso, é necessário ter no sistema — muito importante a observação feita pelo Ronaldo — essa informação para que ela gere imediatamente uma ação corretiva na propriedade. Se você tem o nome do proprietário, do Município em que ele está e o nome da propriedade, o sistema de saúde tem que receber a informação para ir até o homem e tratá-lo, para evitar o problema.

Nós temos também o problema da tuberculose bovina, que está na faixa de 1%. Essas são zoonoses sérias, assim como a brucelose. Com os abates, estamos detectando também a tuberculose. Então, tem que haver uma ação importante nesse sentido. Se nós, do sistema federal, detectamos essa zoonose nos animais abatidos, logicamente tem de haver essa detecção também no sistema estadual. Nós temos que conhecer esses números para retroalimentar o sistema e, assim, ter controle muito mais eficiente em relação à saúde pública. Esse é um problema grande para a saúde pública.



A quarta ação, que é também muito importante, é a de criar um centro de inteligência da defesa. Nós temos que ter um centro que avalie esse sistema para que haja ações pró-ativas no processo. Nós não podemos mais andar a reboque dos problemas. Nós temos que, na verdade, antever o problema e trabalhar com análise de risco e com base científica. Esta é uma grande discussão nossa: precisamos trabalhar baseados em análise de risco. Nós temos estrutura e gente competente para trabalhar com isso. É uma determinação do nosso Ministro, um sistema moderno de gestão: criando nesse processo um trabalho baseado em indicadores de desempenho para que possamos avaliar, gerenciar e resolver os problemas.

Então, nessa discussão, nós nos engajamos com todos os agentes públicos, levando essa responsabilidade para todos os atores do processo. O SUASA é altamente importante, o SUASA é muito maior do que o sistema, o SISBI é importantíssimo para resolver um problema. Nós temos problemas pontuais sérios que têm que ser resolvidos. O setor produtivo tem que ser estimulado nas pequenas regiões. Tem-se que estimular o setor produtivo nas pequenas regiões. Os pequenos produtores e os produtores artesanais têm que ser estimulados. Para isso, o SISBI é importantíssimo. Essa é a visão maior em relação a esse produtor, respeitando-o e tratando-o como pequeno produtor artesanal, diferenciando do produtor industrial.

Esses órgãos estão trabalhando fortemente para que possamos agregar ao sistema de defesa tudo o que for preciso e colocar dentro do sistema todos aqueles que, de fato, têm que participar do sistema de defesa. Para isso foram criados vários grupos de trabalho e de avaliação. Um aspecto importante para falarmos aqui é que existe o SISBI para insumos, SISBI para produtos de origem vegetal, SISBI para produtos de origem animal e já temos algumas outras demandas. Alguns Deputados têm levado pequenos produtores de vinho, de bebida para que nós tratemos. Nós temos que ver as ações para isso. Nos convênios que estamos fazendo com os Estados, já estamos prevendo esse processo, inclusive estamos buscando no Orçamento deste ano, para o ano 2012. Na verdade, estamos com o valor semelhante ao de 2011, que vai girar em torno de 208 milhões de reais. Esse dinheiro é para as ações de rotina do sistema de defesa hoje.



Para a expansão do sistema, atendendo ao SUAS, estamos pedindo mais 250 milhões de reais, dos quais 120 milhões serão repassados aos Estados e Municípios para que os utilize dentro do sistema.

É bom dizer também que dentro desse projeto estamos colocando 15 milhões de reais para organizar, e, se for o caso, criar grupos de trabalho nos Municípios, seja no Nordeste, no Norte ou no Sul, para que eles apresentem uma proposta de legislação para que os Municípios em questão resolvam os seus problemas.

Então nós estamos prevendo recursos inclusive para a formação de grupos de trabalho nas diversas regiões do País para que criem uma legislação para isso. Por isso, volto a dizer que vamos ter a necessidade de que todos participem: sindicato rurais, sindicato dos trabalhadores, organizações de representação, o pessoal da OCB, da CNA, da CONTAG, os conselhos regionais profissionais, seja da área de veterinária, da área agrônômica, os técnicos agrícolas, entre outros.

Temos que contar com toda essa gama de pessoas para que possamos criar um modelo de sistema ágil que gere informações, como um grande insumo para que possamos trazer para os senhores propostas de políticas que corrijam esse processo.

É bom dizer que estamos trabalhando de forma muito forte. Hoje estamos montando uma grande plataforma de gestão em PGA — Plataforma de Gestão Agropecuária — em parceria com a CNA. Estamos tratando disso com muita objetividade. É uma grande plataforma de gestão na qual queremos incluir todas as propriedades, proprietários e produtos. Isso quer dizer que toda a propriedade do Brasil vai estar dentro dessa plataforma. Vamos ter nela uma base única de dados da propriedade, do proprietário e dos produtos, se eles são animais ou vegetais. Vai ser um documento declaratório, isto é, o produtor é que vai colocar os dados. Vamos também colocar a GTA eletrônico — Guia de Trânsito Animal e uma GTV, Guia de Trânsito Vegetal, que estamos criando.

Alguns Estados já estão começando a trabalhar, migrando esses sistemas para a Web. Eles já têm o GTA eletrônico e já estão migrando os dados para dentro dessa plataforma. Já estamos treinando pessoas de Estados que ainda não têm. No caso de Alagoas, por exemplo, fizemos um teste para podermos, com todas as propriedades, proprietários e produtos dentro do sistema, termos as informações



corretas de todos os produtos agropecuários que transitam e de como funciona sua comercialização. Dessa forma poderemos fazer avaliações e criar novos instrumentos. Já estamos criando o SIGSIF —Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal —, um instrumento importantíssimo, como o Dr. Ronaldo observou. Nele há todas as informações do setor na área de inspeção em todo sistema. O SUASA também entra nessa plataforma.

Há também o SIPE, Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos voltados à área de insumos. Esse processo está sendo concluído e vai ser lançado ainda neste mês. É um processo revolucionário. Estamos trabalhando com a PGA e utilizando a ISO 30.000, com governança corporativa, avaliação de risco e conformidade, com um sistema de defesa moderno para que não venhamos a sofrer retaliações, como já sofremos quando há missões estrangeiras.

Então, o que o Brasil está fazendo? Com esse processo, ele está saindo na frente em relação ao mundo. No caso de alguns instrumentos, temos técnicos viajando para o exterior para ver como eles funcionam nos Estados Unidos, na Europa, na Austrália e Nova Zelândia. Eles vão trazer informações sobre o sistema de rastreabilidade e sobre discussões a respeito da sustentabilidade. Essas avaliações estão sendo feitas por grupos de inteligência, que montam os processos e treinam as pessoas.

Então, Presidente, eu queria agradecer a V.Exa. o convite e colocar-me à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento. Acho importantíssimo este debate na Câmara dos Deputados, para que, nos momentos certos, possamos buscar a modernização da legislação do Sistema de Defesa Agropecuária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Agradeço ao Sr. Francisco Sérgio Ferreira Jardim, Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA, a explanação.

Em seguida, passaremos a palavra para o Sr. Antoninho Rovaris - Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG pelo prazo de 20 minutos.

Antes, quero registrar a presença da Vereadora Áurea dos Santos Gubert e as mulheres de Passos Maia e de Ponte Serrada, em Santa Catarina, que vieram



para a Marcha das Margaridas e estão prestigiando este evento. Muito obrigado pela presença.

Passo a palavra ao Sr. Antoninho.

O SR. ANTONINHO ROVARIS - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Celso. Maldaner. Cumprimento todos as Sras. e Srs. Deputados, as senhoras e senhores presentes e os membros da Mesa.

Nós entendíamos que todo os representantes do Governo deveria falar antes, mas já que me foi passada a palavra, vamo-nos reportar ao assunto que nos traz aqui

É muito importante este momento em que discutimos a implantação do SUASA em nível nacional. Entendemos que há uma grande morosidade por parte do Governo na implantação desse sistema, visto que, desde 2006, nós estamos esperando que o Governo tome as suas deliberações para que os empreendedores familiares e os agricultores de pequeno porte possam, efetivamente, sair da condição de poder vender o seu queijinho ou o seu salaminho no próprio Município, enquanto consideram que uma pessoa que comprar e comer esse produto em outro Município poder ter uma doença.

Estamos esperando, pelo menos há 5 anos, uma evolução dentro do que chamamos de olhar científico — correto ou não — no sentido de que se o queijinho ou o salaminho não passarem por uma inspeção municipal, não poderão ser consumido fora do próprio Município para não dar algum problema.

Essa é a primeira consideração que queríamos fazer. Nós estamos ansiosos por essa tomada de decisão, que o Dr. Francisco nos expõe, na nossa avaliação, um pouco tardia. Entendemos que a implantação desse sistema vai tirar da clandestinidade e também da obscuridade, do não aparecimento, milhões e milhões de agricultores de pequeno porte e de agricultores familiares neste País.

O programa para nós não tem muitas falhas, sob o ponto de vista da legislação. Deveria, talvez, ser melhorado aqui ou ali, mas o problema está efetivamente na vontade política da sua implantação, que não acontece.

Em maio deste ano, aconteceu o 17º Grito da Terra Brasil, e tivemos uma audiência no Ministério da Agricultura, quando dissemos que iríamos denunciá-lo no Ministério Público, caso essa situação continuasse da mesma forma. E por quê?



Ao longo de 6 anos, nós temos apenas 23 estabelecimentos credenciados neste País. Isso significa dizer que, em pouco mais de 5.500 Municípios brasileiros, temos o que percentualmente significa 0,0000 ou alguma coisa a mais por cento de todos eles. E o pior, o que me preocupa, o Dr. Francisco afirma que este número passará para apenas 1.100 Municípios até té 2015.

Então, eu fico pasmo — desculpem a minha indignação —, diante dessa situação. Se nós pegarmos alguns dados, veremos que, no Paraná, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, Estados que, hoje, a princípio, já aderiram ao sistema e estão credenciados, o Paraná tem apenas quatro empreendimentos, Minas Gerais, três; Bahia, quatro; e o Rio Grande do Sul, um empreendimento.

Ou seja, por alto, só nesses Estados, vamos ver que mais de 1.500 empreendimentos estão nos Estados citados e ninguém conhece, ninguém nunca viu e ninguém foi lá.

Existe uma informação de que há um processo de adesão com mais de 10 Estados, com aproximadamente 50 Municípios. Isso significa, na prática, que vamos continuar, pelo menos por 10 ou 20 anos, sem poder fazer comercialização dos nossos produtos fora do Município em que estamos instalados.

E então eu vou falar de uma coisa muito simples, mas que bate na cabeça do nosso agricultor. Por que eu posso produzir o meu queijo e vendê-lo na pracinha da minha cidade, na feirinha ou no comércio, e eu não posso vendê-lo do outro lado do rio, a cinco quilômetros, o que, muitas vezes, é a divisa de um Município com o outro? Será que o que temos não é compatível com as pessoas que vivem do outro lado, no outro Município?

Se pegarmos essa história que acredito, todos conhecem, alguém da nossa geração teve descendência na agricultura, com certeza, sabe como acontecia nos nossos tempos. E não existia essa mortalidade infernal, que muitas vezes se coloca nessa situação.

Quero também dizer claramente que a Presidenta Dilma recentemente editou um decreto, e desculpem-me, mais uma vez por pressão da CONTAG, dando um prazo de 60 dias ao Ministério para que ele resolva todos os problemas do Ministério da Agricultura. Sr.Presidente, isso não resolve, isso não resolve, minha gente. Por



mais boa vontade que a Presidenta tenha tido, o que foi feito não resolve esse problema, não resolve o problema do Brasil.

O que é preciso. então? Primeiro, a vontade política de fazer efetivamente os pequenos agricultores saírem do seu processo, digamos, de ostracismo. E, quem sabe, uma dia, muitos agricultores juntos poderão se transformar numa Sadia ou numa Perdigão? Hoje, inclusive, não só preocupadas, em ter o maior mercado de nível nacional, se juntam para abocanhar o maior mercado mundial.

Essa é a grande questão. Até que ponto interessa para o Brasil uma junção da magnitude da que está sendo feita, levando-se em consideração que muitos pequenos agricultores poderiam estar abastecendo especialmente os mercados institucionais que temos hoje? Nós temos mercados públicos. Hoje nós temos um programa nacional de alimentação escolar que precisa desse tipo de iniciativa, como forma de garantirmos alimento de boa qualidade para as crianças nas escolas. Precisamos, inclusive, que o processo seja mais amplo. Precisamos que a busca de unificação entre um sistema nacional, estadual e municipal é, em primeiro lugar, de fundamental importância.

Em segundo, ele é um serviço para a democracia deste País, de reconhecer que um técnico do Ministério da Agricultura pode não entender mais do que um técnico da Prefeitura Municipal. Para isso, provavelmente, essas pessoas foram capacitadas para exercer o seu ofício, devem ter diplomas. No entanto, no momento em que se vai auferir essa situação, não é permitido, a legislação não deixa, e vêm outras questões também muito estranhas, diga-se de passagem, e nós não podemos entender a falta de vontade, muitas vezes, para que se possa aplicar essa novidade. Há falta de vontade em alguns momentos, para que se possa efetivamente aplicar isso.

O SUASA tem um comitê que foi criado em decreto de 2006. Eu não tenho notícias de que esse comitê tenha se reunido uma única vez. E há comitê nacional, estadual e municipal. Eu não tenho notícia de que tenham sido implantados comitês estaduais, não tenho notícias de que tenha sido implantado algum comitê municipal. É possível que nos 23 Municípios isso tenha ocorrido. Isso significa dizer que o apelo feito pelo Sr. Francisco pode começar a partir desse instante porque até agora



não ocorreu qualquer integração de Ministérios, a ANVISA não foi chamada para fazer isso ou aquilo. Não aconteceu, doutor.

Então, a grande questão aqui, Srs. Deputados — eu vou deixar para o final, talvez, algum esclarecimento —, é como se busca a democratização da implantação desses sistemas. E, aí, vem a primeira questão: não existe uma divulgação concreta junto aos Estados e Municípios sobre os benefícios que o SUASA poderia trazer, não só para os agricultores, mas principalmente para os Municípios. Isso é uma questão de saúde pública. Não existe isso.

Segundo: de acordo com o Dr. Francisco, estão sendo colocados alguns recursos para aquilo que se chama de atrativo à adesão. Até o momento, a adesão voluntária não surtiu efeito. Não é, Dr. Francisco? E nisso, desculpem-me, mas nós estamos falando, no mínimo, há quatro anos.

Por que é que um Prefeito que hoje... E talvez muitos dos Srs. Deputados já tenham sido Prefeitos. Qual é a mentalidade de um Prefeito? Embora eu nunca tenha sido político, entendo mais ou menos o pensamento deles. Onde é que se busca recursos para fazer obras, seja pavimentação, etc., etc.? No SUASA não tem isso, não tem recurso. E o pior: isso vai gerar despesas, que, muitas vezes, para, uma prioridade dessa, passa a não ser tão prioridade assim.

Então, a grande questão é como se você faz uma política de incentivo à adesão ao SUASA pelos Municípios e pelos Estados.

Outra questão é a de um processo claro e forte de capacitação desses Estados e desses Municípios, não só no sentido técnico propriamente dito, mas principalmente de como aderir concretamente ao SUASA, porque, muitas vezes, a burocracia é tão grande que a gente se enrola nela. É como se diz. Se não tiver um processo concreto...

E outra questão: uma rede de laboratórios. Porque parece que é só: “*Vamos implantar no Município. É fácil, vamos pegar um técnico, botamos um carrinho na mão dele, etc., etc.*” Mas aqui, como o senhor que conhece muito de fiscalização nos afirmou, tem de existir uma rede de laboratório para esse negócio. Quer dizer, ele pode ser consorciado? É feito para diversos Municípios? Enfim, tudo isso tem de ficar bem claro para todos os senhores. A grande questão para nós é: o SUASA é quase que uma assistência técnica para nós e é quase que um médico para uma



doença. Porque se nós não tivermos condição concreta de buscarmos, através da agroindustrialização, da agregação de valor e de competitividade na busca de melhoria de condição de vida desse povo que está nas comunidades rurais, nós vamos ter no futuro, com certeza, ainda mais do que hoje, um Brasil rural sem gente.

E, aí, é que eu quero saber se o trator, se a colheitadeira, se o grande frigorífico, tudo isso, é mais importante do que ter 5, 10 ou 15 milhões de trabalhadores rurais, de agricultores familiares, de empreendedores rurais, nas comunidades rurais, transformando-as em bairros que tenham desenvolvimento. Porque atrás de uma indústria como essa, vai uma indústria de máquinas, vai alguma coisa que dê sustentabilidade ao Município e, principalmente, às comunidades.

Então, para nós isso é tão vital quanto qualquer uma das questões que colocamos. E esperamos, Deputado e Srs. Deputados, que os Srs. nos ajudem com isso. Para nós esse é um ponto fundamental que a gente, digamos, tenha a capacidade e principalmente e a compreensão política do Ministério da Agricultura de que eles não estarão nos fazendo favor algum, mas, sim, pagando uma dívida de muitos e muitos anos que têm com os agricultores familiares e com os pequenos empreendedores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Muito bem, Antoninho. O Antoninho usa sua empatia. Ele falou, em lugar dos Prefeitos, com certeza, aquilo que sente nos pequenos Municípios.

Em seguida, nós passamos a palavra ao Sr. Arnaldo Anacleto de Campos, Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valores da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. ARNALDO ANACLETO DE CAMPOS - Muito obrigado, Deputado Maldaner. Cumprimento os Deputados, representantes de base de agroindústria familiar muito importante. Assim é o próprio Deputado, de Santa Catarina, o Deputado Assis, no Paraná, o Deputado Zé Silva e os demais Deputados que, com certeza convivem com essa situação nos seus Estados.

O MDA não tem a atribuição formal de implantar o SUASA até o momento. Nós somos o Ministério responsável pela agricultura familiar e não temos na nossa



missão a competência de certificar as agroindústrias familiares, mas temos a competência de estimular a agregação de valor na agricultura familiar, gerar renda e trabalho para a agricultura familiar.

O nosso País, felizmente, a nossa sociedade, o Estado brasileiro, vem reconhecendo cada vez mais a importância do nosso agricultor, da nossa agricultura familiar, inclusive aperfeiçoando o seu entendimento sobre ele, no país que tem a diversidade como o nosso, onde se entende por agricultor familiar desde o extrativista que colhe castanha na Amazônia, até o agricultor familiar do Rio Grande do Sul, descendente de italianos ou alemães, o catingueiro que está no semiárido, ou o gaseiro que está lá em Minas Gerais.

Essa diversidade é muito grande no nosso País. Nós descobrimos que o Estado brasileiro, a sociedade brasileira, as organizações sociais brasileiras descobriram que a agricultura familiar é muito importante porque ela garante a segurança alimentar do País, produzindo alimentos em praticamente todos os Municípios brasileiros. Essa diversidade é muito importante na geração de emprego, é a maior categoria trabalhadora do País — tem mais de 12 milhões de trabalhadores ativos —, então, do ponto de vista social e econômico, é muito importante para os pequenos Municípios, porque a dinâmica econômica da grande maioria deles é dada pela agricultura familiar. Se ela tem renda ou não, o comércio vai bem ou vai mal.

Felizmente o Estado brasileiro vem dando mais atenção a esse setor, e, por conta disso, criou o Ministério de Desenvolvimento Agrário, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ação decorrente do avanço da sociedade brasileira ao reconhecer a necessidade de um olhar particular, específico, para isso.

Daí em diante, se desdobraram políticas públicas, legislações, recursos, investimentos, estruturas do Estado brasileiro, para atender essa categoria social tão importante. Políticas como o PRONAF, o Seguro Agrícola, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar — PGPAF, a assistência técnica, o apoio à comercialização vão sendo desenvolvidos em maior ou menor velocidade. Ou seja, é importante consolidar essa categoria social. Nós não queremos que os agricultores familiares saiam do campo. Achamos importante que eles continuem no campo, não apenas por uma questão social, mas por uma questão estratégica para o País.



Segurança, soberania alimentar, ocupação, emprego, desenvolvimento regional e interiorização do desenvolvimento. Tudo isso é importante.

Então dentro da estratégia do MDA, com as políticas públicas que o Ministério construiu com a ajuda do Congresso Nacional, com a ajuda das organizações da agricultura familiar, nós temos o desafio de gerar renda. E uma das nossas diretrizes nesse sentido é a agregação de valor, é a possibilidade de verticalizar a produção. Se temos uma produção tão diversificada como a do nosso País, hábitos alimentares tão particulares, mercados regionais tão específicos, produtos diferenciados de todos os tipos, seja da nossa biodiversidade, seja da nossa tradição cultural e social, temos que dar vazão a essa potencialidade, e a verticalização é importante, mas não necessariamente a verticalização em grande escala.

No nosso entendimento, o Brasil pode conviver, como a grande maioria dos países do mundo, principalmente os desenvolvidos, com diferentes estratégias de agregação de valor. Se comprarmos um queijo italiano de altíssimo valor agregado, ele é feito no porão de uma família de agricultores. Muitas vezes um vinho francês que custa caríssimo em nosso País é feito por um agricultor familiar.

Então, nós achamos que o Brasil tem esse potencial de diversificar sua economia. É lógico que é uma questão social, mas é uma oportunidade.

Não podemos ficar só no agronegócio tradicional com as *commodities* de baixa agregação de valor. Nós podemos ir além disso, desenvolvendo uma economia com base na agricultura familiar e em toda essa potencialidade, seja porque nosso mercado interno é mais exigente, ele quer mais coisas, seja porque também lá fora querem nossos produtos ou poderão desejar nossos produtos.

Quando temos um produto orgânico diferenciado, a castanha do Brasil ou a de caju, produtos derivados da nossa biodiversidade, sejam de origem vegetal ou animal, dos nossos animais caprinos e bovinos, nós podemos ter ampla oferta de produtos diferenciados com alto valor agregado que geram grande quantidade de empregos, porque são intensivos em mão de obra, são de baixa escala, têm grandes valores cultural, ambiental e social embutidos, que é o que o mundo está desejando.



Em 2005, nós fizemos um debate com o Governo sobre essa questão e vimos que é necessário modernizar nossa legislação. O Presidente Lula determinou a criação de um grupo de trabalho, do qual participou o Ministério da Agricultura, o MDA, a ANVISA, a Casa Civil, para diagnosticar a situação e propor soluções que pudessem agilizar isso. Porque o Brasil é um país muito especial no seu desenvolvimento que avança em algumas coisas e não em outras.

Na área vegetal, por exemplo, segundo diagnóstico do Ministério, avançamos muito. Hoje, o sujeito que abre uma fabriqueta de compota de palmito, importante produto, do ponto de vista sanitário, ele vai na ANVISA Municipal, é dispensado de registro, faz um procedimento de formalização de seu empreendimento e vende para o mundo. Uma fábrica de medicamentos vai até a ANVISA Municipal, registra, obtém o alvará sanitário no poder público local e vende o medicamento em todo o Brasil. Mas se ele faz um queijo lá na Serra da Canastra, em Minas Gerais — no seu Estado, Deputado —, não consegue obter esse registro do poder local. Não descentralizou na área animal. Na área animal, nós temos algo que foi feito em 1950. Esse foi o diagnóstico que nós fizemos em 2005, junto com o Ministério da Agricultura, junto com a ANVISA. Nossa legislação é de 1950. Pouquíssimas alterações, desde então. Na época, os Estados não tinham a estrutura que têm hoje, nem a tecnologia que temos hoje. A legislação era praticamente uma planta e uma orientação para o construtor daquela agroindústria dizendo qual era o pé-direito que tinha de ter, qual era a parede que tinha de ter, qual era o equipamento que tinha de ter e o tamanho do equipamento. Tudo era detalhado, porque essa era a orientação necessária na época em que o Brasil estava em construção.

Mas hoje não precisamos mais disso. Precisamos hoje, como ocorre na área vegetal, de um regulamento que oriente a boa prática, ou seja, o material que usa na parede tem de ser lavável. Eu não vou dizer qual material, mas quando eu for fiscalizar, ele tem de ser lavável, tem de ter ventilação. Eu não vou dizer o tamanho do pé-direito. Algumas agroindústrias hoje são pequeninas, mas com pé-direito alto, porque o fiscal exigiu que botasse um pé-direito daquele tamanho.

Então, algumas coisas não estão adequadas, porque são de 1950, um outro momento que vivia nosso País.



Este foi o diagnóstico que nós fizemos em 2005, um documento que foi produzido conjuntamente, no qual detectamos problemas. Por exemplo, a fronteira que existe hoje na legislação sanitária animal não existe na vegetal. E ela não está necessariamente correta. Por isso nós precisamos do desenvolvimento de um sistema para descentralizar essa responsabilidade, que hoje é só da União, quanto à circulação de mercadorias interestaduais. Só a União pode certificar um produto que ultrapasse as fronteiras entre os Estados.

No diagnóstico, percebemos o problema. Por exemplo, São Paulo tem um Serviço de Inspeção Estadual; São Paulo certifica uma agroindústria para 45 milhões de consumidores. Deputado, 45 milhões de consumidores estão sujeitos à certificação em São Paulo, 20 milhões em Minas Gerais e 10 milhões no Paraná — estão expostos à certificação em seus Estados.

No Paraná, por exemplo, há quase 400 agroindústrias. Temos um programa de agroindústrias. Essas agroindústrias pagam impostos, cumprem as leis do Estado e estão sendo fiscalizadas pelo Estado, mas não podem vender para Mato Grosso do Sul. Então, achávamos que tínhamos de superar isso e dar ao Paraná, que é um Estado maduro, dar a Minas Gerais e aos demais Estados e Municípios a concessão do certificado, a fim de comercializar seus produtos em todo o território nacional.

Daí nasceu o decreto do Presidente Lula que regulamentou o SUASA, dando as orientações para que fosse implementado em nosso País. Nesse diagnóstico, por exemplo, o que diz o censo? O censo agropecuário de 2006 identificou 279.443 propriedades rurais que têm renda com a agroindústria na propriedade. São 279 mil, Deputado Assis. No nosso sistema há a Declaração de Aptidão ao PRONAF — DAP.

Todo tomador de crédito, participante dos programas de agricultura familiar, como PAA ou PNAE, precisam ter a DAP. Com a DAP, ele tem de declarar o que produz, de onde vem sua renda, e 85.632 famílias declararam que têm renda da agroindústria familiar — agroindústria familiar rural, 85 mil! Então é fundamental.

Já emprestamos à agroindústria, através do PRONAF, 1,8 bilhão de reais para investimentos nas agroindústrias familiares que constroem pequenos laticínios, queijarias, casas de mel, produtos da área vegetal, compotas, geleias, doces, sucos. Mas não conseguimos a formalização na escala necessária para dar vazão a esse



potencial econômico que está colocado ali. Nós não conseguimos, até o momento, resolver os problemas que diagnosticamos em 2005, que deram origem a um decreto em 2006. Daí tivemos problemas. Em 2010, reeditamos o decreto com avanços, regulamentando o sistema com mais detalhes. Em 2011 novamente, e estamos aqui.

Para nós, o SUASA significa descentralização. Para nós, isso é importante a fim de que nossa agroindústria possa resolver o problema no local. Significa descentralizar responsabilidade também, porque vamos poder, sim, ter a rastreabilidade de todos, saber quem é quem. Temos lá o número, temos o registro. Se o produto saiu do Paraná ou do Maranhão e chegou a Brasília, nós sabemos de onde ele veio, por quem ele foi certificado, seja União, Estado ou Município.

Imaginem se o SUS tivesse de esperar que todos os hospitais funcionassem, que tivessem o número adequado de médicos, todas as ambulâncias, para, aí sim, aderir. Achamos que temos de trazer para o sistema, porque aí vamos qualificar, vamos investir. Se não está no sistema, não consigo qualificar, não consigo cobrar, porque não faz parte do sistema. Então, achamos que o SUASA significa trazer os atores para sua responsabilidade, compartilhar gestão, como está previsto lá também.

O SUASA deve permitir que o Brasil avance, para ter o reconhecimento prático desse potencial que temos em nosso País e fazer com que o emprego e o jovem... Ele quer trabalhar na agroindústria, porque quer trabalhar na agricultura, mas quer ganhar dinheiro. E agregar valor é fundamental. Nosso jovem quer trabalhar na agroindústria, quer ajudar a gerenciar, quer empreender, quer ser o contador, quer ser o administrador, quer ser o vendedor dentro dessa economia rural dinâmica em que podem conviver grandes empreendimentos — porque o Brasil tem essa capacidade — com pequenos empreendimentos.

Todo país do mundo tem micro, pequenas, médias, grandes e megaempresas dinamizando a economia e aproveitando todas as potencialidades.

Vamos ter a Copa do Mundo aqui. Queremos que o bombom que fica em cima da cama no hotel seja de castanha, que tenha no cardápio pinhão e também carne seca.



Fomos agora, em julho, ao Salão do Turismo. Levamos o churrasquinho de bode, para demonstrar, feito por uma cooperativa do Piauí que recebeu inspeção estadual. Todos gostaram, mas ainda não pode ser vendido em São Paulo.

Os turistas que virão ao nosso País por conta desses grandes eventos querem coisas diferentes. Tudo bem que eles tenham hambúrguer, batata frita, refrigerantes, mas eles querem tomar suco de umbu, conhecer produtos da agroindústria familiar. Vamos estar em plena festa junina, Deputado. A Copa do Mundo vai acontecer durante as festas juninas. Imagine esses turistas visitando o interior nordestino, as riquezas rurais. Precisamos, então, que esses produtos possam circular. Porque, quando terminarem os grandes eventos, Copa e Olimpíadas, eles vão querer esses produtos lá fora para dinamizar e diversificar nossa pauta de exportação, agregando valor a produtos sustentáveis, responsabilidade socioambiental nessa diversidade toda que temos, isso sem prejudicar em nada a segurança dos alimentos que consideramos fundamental e indispensável.

Temos de ter em nosso País a marca de que nosso produto é de qualidade. Não podemos correr esse risco.

Hoje, na área da alimentação escolar, como é o caso de Belo Horizonte, de Salvador, de Manaus, é difícil comprar produtos da agricultura familiar. Ele é obrigado a comprar, mas, se for de origem animal, não consegue, porque a legislação sanitária o impede de comprar esses produtos. Então os gestores da alimentação escolar não conseguem comprar leite de saquinho com pasteurização lenta.

No Rio de Janeiro há laticínios no interior, mas não conseguem vender. Eles pagam impostos, cumprem a lei do Município, são fiscalizados, mas não podem retirar seus produtos do Município. Precisamos superar isso. Este é o desafio, para consolidar...

Sou Diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da SAF/MDA. E, para isso, precisamos de várias alternativas. A agricultura orgânica é uma alternativa, organizar as cooperativas é fundamental, mas a agroindústria é muito importante para gerar renda no campo e dinamizar a economia rural.



Na área sanitária, assim como na tributária — não é o caso aqui —, temos... Avançamos na área ambiental.

Há, hoje, resolução do CONAMA que simplifica o registro ambiental para a agroindústria familiar até 250 metros quadrados. Mas, na área sanitária, nós ainda estamos patinando. Infelizmente ainda não temos nenhuma agroindústria familiar no SUASA ou no SISBI, depois de 5 anos.

Então é nosso desafio qualificar nossas agroindústrias, qualificar nossos Municípios, qualificar nossos Estados. Temos Estados e Municípios pedindo adesão. Temos de garantir qualidade, mas temos de acelerar esse processo. Este é o desejo da Presidenta, este é o desejo do Governo Federal. E estamos todos envolvidos nesse ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Muito bem! Muito bem colocado, Sr. Arnaldo Anacleto Campos.

Vamos passar a palavra ao Sr. Décio Coutinho, Coordenador Executivo da Comissão de Sanidade, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pelo prazo de 20 minutos.

O SR. DÉCIO COUTINHO - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores do plenário.

Quando falamos do SUASA, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos nos referindo a um processo de auxílio à geração de renda. Não existe nenhum instrumento melhor de distribuição de renda para este País do que a manutenção do homem rural no campo, na sua terra, no seu espaço, produzindo e comercializando seu produto, fruto do dia a dia de seu trabalho.

O grande problema que temos hoje, em termos de comercialização, chama-se defesa agropecuária. No momento, defesa agropecuária é o grande instrumento de discussão tanto no mercado internacional quanto no nosso mercado interno. Quando falamos em SUASA, nós estamos falando especificamente sobre mercado interno. É o grande instrumento que deve ser discutido.

Vemos, com muito bons olhos, esta Casa abrir a discussão. O primeiro pedido da CNA a esta Comissão é que os Srs. Deputados deem todo o apoio para que este programa seja efetivamente desenvolvido em nosso País. Estamos falando de um



programa que tem, em sua base, a melhor estrutura democrática de distribuição de atividades.

O SUASA designa três níveis de desenvolvimento de atividades. No nível central, está a figura do Ministério da Agricultura. Por que a figura do Ministério da Agricultura? Porque o Ministério da Agricultura tem, por competência delegada pela Constituição brasileira, a responsabilidade de cuidar da agropecuária e de responder a todos os acordos internacionais. Compete, então, ao Ministério a cabeça do sistema, e ele tem a responsabilidade de coordenar esse sistema. Coordenar não quer dizer executar; coordenar é uma parte desse sistema, é a célula principal que pensa, que avalia, que consome as informações para melhor tomada de decisão. E ele tem, no seu nível intermediário, a execução dos Estados.

Nós não podemos nos esquecer de que, a partir da Constituição de 1988, os Estados receberam a possibilidade de também designar tarefas e funções, através de legislação específica, que nunca confrontem com a legislação federal. Ela pode ser sim mais restritiva que a federal, mas nunca menos restritiva. São os Estados que estão na execução, porque são eles que estão muito mais presentes no espaço geográfico. E ele designa a célula principal do setor produtivo, que é a atividade local.

Se olharmos na constituição do SUASA o que representa atividade local, veremos que é muito claro. Todas as entidades de âmbito municipal, públicas e privadas, que fazem parte do serviço agropecuário, têm a seguinte função designada por esse decreto: cadastrar propriedades; realizar inventário das populações animais e vegetais; controlar o trânsito interestadual de animais; cadastrar profissionais atuantes em sanidade; executar programas, projetos e atividades de educação sanitária em defesa da agropecuária; cadastrar casas de comércio de produtos de uso agrônômico e veterinário; cadastrar laboratórios de diagnóstico; realizar inventário de doenças e pragas; executar campanhas de controle de doenças e pragas; realizar educação e vigilância sanitária; participar de projetos de erradicação de doenças e pragas; e atuar em programas de erradicação de doenças e pragas.

É nesse nível local que estão os principais atores da defesa agropecuária, os produtores, sejam eles micro, pequenos, médios ou grandes. Não interessa essa



distribuição. É o produtor, no seu dia a dia, quem realiza a atividade e a tarefa da defesa agropecuária. Fiscalização, coordenação e estratégias para que isso seja realizado ficam nesses outros dois níveis. Então a distribuição de renda vai fixar esse produtor e possibilitar a agregação de valores.

Fazer a distribuição da competência da inspeção de produtos e subprodutos de origem animal por sistema de comercialização talvez tenha sido um dos maiores pecados cometidos pelo Governo brasileiro até hoje. Não há a mínima lógica em um produto que é bom para ser consumido na cidade de São Paulo não ser consumido no Estado do Pará. Não há lógica nisso. Por quê? Porque estamos tratando de saúde pública. E saúde pública é igual, seja qual for o tamanho do estabelecimento.

O pé-direito, o maquinário que será utilizado depende do produto que será feito e da escala que vai utilizar. Mas sanidade é única, saúde pública é uma só. Não se tem saúde pública pequena, média e grande; não se tem sanidade pequena, média e grande. Temos saúde pública, temos sanidade, temos responsabilidade. A mesma responsabilidade que tem o possível grande, o possível pequeno também tem.

A implementação do SUASA é fundamental, é estratégica neste momento. Não se pode imaginar, em hipótese alguma, um país, primeiro produtor e primeiro exportador de café, primeiro produtor e primeiro exportador de suco de laranja, primeiro produtor e exportador de açúcar, segundo produtor e primeiro exportador de soja, segundo produtor e primeiro exportador de carne bovina, de frango e de tabaco, possa ter ainda, em seu mercado interno, uma divisão de sanidade e saúde pública de primeira, de segunda, ou de terceira. Ou temos uma única ou não temos produto. Ou será que a nossa castanha de consumo interno tem de ser inferior à castanha para consumo externo? Esta implementação é fundamental.

O Legislativo tem de correr, para que as possíveis imperfeições existentes sejam corrigidas. E o Executivo tem de ter a coragem de fazer com que este programa saia do papel, tem de parar com a edição de decretos, normas e instruções normativas e com os ofícios circulares que ficam correndo em volta do toco. Vamos sentar no toco. Vamos sentar e vamos fazer, vamos realizar, vamos parar de ficar atrás de subterfúgios, de vírgulas, ou de ponto e vírgula do § 3º do art. 5º.



O Ministério da Agricultura tem hoje um termo de cooperação com a CNA para implementação de uma plataforma, como disse o Secretário de Defesa do Ministério da Agricultura Francisco Jardim, que coloque todas as informações do setor produtivo num único local e que todos os atores desse setor tenham acesso *on-line* a essa plataforma. Para quê? Para que todos tenham a possibilidade de buscar informações para a tomada de decisão rápida, porque o negócio exige que a tomada de decisão seja rápida.

A implementação do SUASA, Sr. Presidente, parece estar na boca de todos. Todos nesta Mesa colocaram, de uma forma ou de outra, que é importante e necessária a implementação.

Peço licença à Mesa e à Dra. Tânia Lyra, que está na plateia, para apresentar algumas coisas que estamos escrevendo juntos.

É extremamente importante que o SUASA seja implementado, desde que com ele se tenha a harmonização da legislação sanitária. Não podemos conviver mais com 5.342 instruções normativas. Nenhum produtor é capaz de saber como produzir tendo de consultar uma bíblia de legislação totalmente perdida, pois hoje temos uma instrução normativa que se refere ao art. "x" do decreto de 1936. Então, harmonizar a legislação é extremamente importante.

Esta Casa já tem um estudo que precisa ser aprofundado, pois precisa ser colocado rapidamente em vigência. Precisamos definir — está nas mãos dos Srs. Deputados — o financiamento adequado desse sistema. Não podemos continuar tendo uma beiradinha de recurso no Ministério de Desenvolvimento Agrário, outra beiradinha de recurso na Secretaria de Defesa Agropecuária, outra beiradinha na Secretaria de Produção, outra beiradinha no orçamento de um Estado. Não! Precisamos harmonizar e ter uma definição adequada do financiamento desse sistema.

Precisamos criar fundos emergenciais para ter a garantia de que quaisquer eventos fitossanitários tenham recursos imediatos para iniciar o combate. E que nós não precisemos ficar esperando uma definição da Constituição sobre desastre, catástrofe e perda econômica. Precisamos agir rapidamente para dar respostas imediatas aos eventos fitossanitários. Precisamos criar um grande programa de educação sanitária em todos os níveis, para os nossos fiscais federais, estaduais e



municipais, para os nossos produtores, para as nossas agroindústrias e para todos os produtores em geral, para que eles tenham o direito de decidir o que produzir e como produzir. Esta decisão é deles, como empreendedores! Não é o Estado que tem de tomar esta decisão por eles; é o empreendedor que tem de tomá-la.

Sr. Secretário, precisamos ampliar a fiscalização das fronteiras. O Brasil não resiste a um novo evento sanitário vindo de fora. Aquele *ranking* de produção, apresentado há pouco, não resiste a isso. Quem paga primeiro por esses eventos? São os pequenos produtores, são os que ficam primeiramente impedidos de comercializar seu produto dentro daquele raio de isolamento. Vejam o evento da febre aftosa em Mato Grosso do Sul e o desastre que trouxe àquela comunidade de pequenos produtores naquele momento.

Precisamos credenciar laboratórios privados para prestarem serviços de laboratórios públicos. Não vamos nunca conseguir criar uma rede de laboratórios públicos para atender à demanda, principalmente à nossa demanda interna. Temos de credenciar laboratórios existentes que sejam economicamente viáveis e que estejam trabalhando com isso. E precisamos, acima de tudo, de vontade política para que o SUASA saia das prateleiras, saia do papel e entre em prática.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo espaço concedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Desculpem, mas recebi uma ligação do Governador de Santa Catarina.

Agradeço ao representante da CNA pela exposição.

Antes de passarmos a palavra aos Srs. Parlamentares para os debates, permita-me, Deputado Alceu Moreira.

Estou presidindo os trabalhos na ausência do nosso Presidente. O Deputado Moacir Micheletto e eu somos autores do requerimento. Eu gostaria de falar sobre o motivo do nosso requerimento, claro, em função dos movimentos que estão acontecendo, a partir da decisão da Presidente Dilma e do nosso Ministro Wagner Rossi de implantar definitivamente o SUASA, notícia que nos deixou muito felizes.

Usando a empatia, fui três vezes Prefeito do pequeno Município de Maravilha. Relembro que renunciei àquela Prefeitura, na metade do terceiro mandato, e passei o cargo ao Vice-Prefeito para assumir outro desafio, naquele 30 de março de 2003, quando inauguramos três agroindústrias na cidade, duas de salame e copa e uma



de queijo. Hoje, infelizmente, só existe uma, ainda mais simples, a menor, que vende tudo na feira livre, mas no Município está funcionando perfeitamente até hoje. As outras, que dependiam de outros Municípios, tiveram dificuldades e, infelizmente, não mais estão funcionando.

Além disso, quando assumiu o Governo, o nosso ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, que hoje é Senador — foi Governador por praticamente 8 anos, quer dizer, durante 2 mandatos —, teve esse desafio. Pois visitavam os pequenos Municípios e cobravam do Governador. Não quero ser repetitivo. Por que o queijo e o salame do Município de Iraceminha não podem ser consumidos no Município de Maravilha que é vizinho?

Assim se passaram 8 anos, e a coisa não aconteceu realmente. Até admiro a coragem do Governador de Santa Catarina, onde implantamos o código ambiental catarinense. De 296 artigos, estão sendo discutidos dois ou três artigos no Supremo, por denúncia do Ministério Público Federal, sobre a questão da competência, da mata ciliar nas pequenas propriedades, até onde o Estado tem autonomia para legislar. Nessa questão não avançou. Por isso é que requeremos esta audiência pública.

Acho que isso é importante, e aqui foram muito bem apresentados os dois lados da moeda. Nós, Parlamentares, temos de nos perguntar: Depende ainda de legislação? Ainda depende do Congresso Nacional? Depende de quê? Depende só de instrução normativa ou de decreto? Parece que falta vontade política com relação ao que foi colocado para funcionar realmente.

Eu vejo uma grande oportunidade para o Ministério da Agricultura, quem sabe, fazer um *marketing* muito forte no País em cima disso. Como existe propaganda de outros setores na televisão do Governo da Dilma, por que não fazer um trabalho forte em cima disso? Não sei se se pode delegar às Superintendências Estaduais e às Delegacias do Ministério da Agricultura nos Estados a cobrança de resultados ou das metas que foram estipuladas. Então, estou realmente preocupado.

Achei poucos os números de Municípios, com sinceridade, Dr. Jardim. Mas tem de se envolver todos os entes, para que realmente façamos acontecer. É como aquilo que foi dito. Se o queijo do italiano ou o vinho da França é feito no chão batido e alguém tem um chão batido com tela e a qualidade do produto é de primeira, pode



hoje ou não? Não, tem de ter toda aquela... E agora, com essa Instrução Normativa nº 36, parece que só o podem os veterinários. Não sei se isso vai facilitar; é a dúvida que tenho. Talvez, vá piorar um pouco mais. Então, acho que esse debate é interessante.

Vamos ouvir agora o primeiro Parlamentar inscrito, que é o Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Quero parabenizar os dois autores do requerimento, porque este tema é certamente o marco histórico para a produção primária brasileira. Agradeço a presença aos representantes do MDA, da CONTAG, da CNA, do MAPA, do Dr. Ronaldo, que representa os fiscais.

Com toda franqueza, o pior problema para nós era conseguir colocar num texto a regulação de tema tão complexo, a consolidação dessas leis. Não precisamos construir nenhuma outra legislação nova, é só as consolidarmos. Portanto, se quisermos o apoio desta Casa, Deputado Maldaner, a Assessoria Técnica da Casa é capaz de fazer essa consolidação em duas semanas. Para a consolidação de texto, é só pegar o sentido, definir como regulação da função e estabelecer isso no mesmo texto. Então, vamos acabar suprimindo uma quantidade enorme de palavras, pontos e vírgulas, e colocar um texto sucinto e objetivo que tenha a mesma força de regulação, que não seja dúbio e possa trabalhar com um livrinho muito pequeno, que seria o manual de regulação do SUASA.

A questão do financiamento para a viabilização do negócio é seguramente o estágio superior, porque é preciso ter um conjunto de pessoas das instituições bancárias capaz de analisar a viabilidade econômica de um pequeno negócio como esse. Cá para nós, hoje, no emaranhado da legislação sanitária, não há segurança para esse cidadão. O banco financia e, logo depois, aparece um cidadão de branco metido a sabido, com um livro debaixo do braço, que diz que não pode mais vender e o senhor não pode pagar a conta.

Eu tenho o exemplo dos pescadores. Fizeram PRONAF para os pescadores. Estão endividados até hoje e não podem pagar. Deram financiamento, não ensinaram a fazer industrialização e a vender o produto. Não tem onde vender. E daí? É como dar lanterna para cego. De que adianta? Ele não vai enxergar nunca. Está todo mundo quebrado. Agora estão pedindo anistia.



O cidadão é mau pagador? Não. Antes ele tinha um problema: ele pescava e tinha que vender o peixe vivo senão ia apodrecer. Agora ele tem dois: tem que vender vivo o peixe que pescou e está com o nome sujo na praça. Não consegue comprar nada porque está com o nome sujo na praça. Que bela ajuda! Que bela ajuda!

Com relação ao programa de educação sanitária, tenho a impressão de que uma fiscalização passa agora para os Estados a construção de uma oficina de implantação do SUASA. Os atores, para fazerem essa implantação, estão disponíveis. São entes públicos muito bem pagos, muito bem qualificados e predispostos a fazer. Qualquer dos nossos Estados chega lá e identifica quem são os atores capazes de promover a implantação do SUASA região por região, microrregião por microrregião. Observe que agora está muito mais na questão da implantação de um trabalho físico do que propriamente do pensar da regulação, que era muito mais complexo.

É preciso perceber que nós viemos de uma cultura em que as grandes indústrias estavam aqui nos órgãos federais escrevendo as leis. Aqui nessas cadeiras eu tenho dito muitas vezes: *Não posso vender o queijo e o salame da divisa do outro Município por causa do pé-direito*. Eu nunca comi pé-direito. Deve ter um gosto fantástico. Como será o gosto de um doce de pé-direito? O que isso tem a ver com a qualidade do salame?

Mas aqui quem escrevia as leis colocou esses empecilhos porque quem tem um pé-direito de 2,7 ou 4 metros é uma grande indústria. Então, ele empurra o sistema para que o pequeno produtor rural seja um escravo sem carteira assinada da porteira para dentro. Eles não ganham nada, não agregam valor, vendem por preço vil.

Sabem qual é o único cidadão brasileiro que não põe preço nem no que produz nem no que compra? O agricultor! No que ele produz os outros põem preço da porteira para fora, e no que ele compra os outros põem preço. E pior: no que ele compra os outros põem preço até com financiamento público, porque quando há uma feira grande está lá o Banco do Brasil. Para financiar quem? Para financiar a indústria.



O cidadão tomador de crédito é o devedor necessário, interveniente e vítima. E ele sai faceiro porque tomou um financiamento. O “cara” vendeu a máquina pelo preço *top*, último. Vendeu o adubo pelo maior preço. Vendeu o defensivo pelo maior preço. Ele nem discute se é barato ou caro, como se aquele dinheiro não fosse dele, fosse do banco. Mas o banco financia a indústria, não é o produtor. Ele só entrou com o nome e o lombo para poder pagar a conta depois.

Esse é o sistema que foi montado. Nós temos percepção disso. Quando começamos a discutir o SUASA, sabíamos que nós queríamos destruir completamente esses feudos do monopólio. Ou todos não sabemos que a junção da Sadia e da Perdigão é um belo instrumento comercial para podermos fazer conquistas de mercados externos, para competir nas cadeias mercadológicas externas? Em qualquer lugar do mundo é ótima estratégia. Para o processo interno do Brasil é um atraso, porque ao mesmo tempo ele pauta preço para quem compra, dono da gôndola, e põe o coturno na cabeça de quem produz, bota o preço que ele quer, porque ele é um integrado gigantesco. E o cidadão, na verdade, entra com o trabalho e o galpão, mas todo o restante é do integrado. Ele não se governa, não tem nenhuma liberdade com relação a isso.

Logo, nós temos que ter certeza do seguinte. Na situação em que estava, tem que manter? Tem que manter, não tem outra alternativa. Já estava o negócio funcionando. Essa alternativa do SUASA é a possibilidade de nós criarmos centenas de agroindústrias com marca própria.

Eu diria que o nosso desenho urbano da quantidade de cidades de pais juntando os filhos antes na enxada e hoje na droga, na periferia das vilas, foi construído por não termos um SUASA. Quantos milhões de famílias poderiam ter ficado na colônia e não ficaram porque têm que produzir fumo, e a fumageira põe o preço que ela quer? Ele não pode qualificar. Tem que produzir qualquer produto agrícola, e os outros põem o preço. Ele acabou indo embora.

Eu quero dizer que estou muito feliz com isso. Acho uma bela ideia. E, no caso do Rio Grande do Sul, se precisar dispor do pouco que tem do meu mandato, ando tantos quilômetros quantos forem necessários junto com essa oficina para implantar definitivamente o SUASA.



Este é um processo que vai começar agora, ter amadurecimento. Nós teremos uma série de contraditórios. Vai haver gente com julgamento para financiamento que acha que não é viável. Vai haver outro que diz que a legislação não é bem interpretada. Vai aparecer, certamente, um fiscal acadêmico que é dono do ambiente sanitário do mundo que vai dizer que ele é quem sabe. E vamos ter uma série de contraditórios porque este processo é um processo implantado de maneira cirúrgica. Ele chega tolhendo o espaço de muita gente boa que vivia a reboque desse processo fracionado. Mas não tenham dúvida, ele é a solução para a agricultura brasileira, a nossa autonomia. Agregar valor, desenhar um processo que começa na terra e termina na boca do consumidor passa pelo SUASA.

Parabéns a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - O próximo...

Quer responder agora?

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Com a permissão da Mesa.

Eu só queria, primeiro, agradecer as palavras do Deputado.

Quero colocar, Presidente, Deputado Celso Maldaner, que a preocupação nossa quando começamos a traçar o diagnóstico era buscar o próprio recurso para que pudéssemos estimular. O Antoninho colocou ali que, na verdade, tem que haver estímulo. O que nós temos, a partir do momento em que assumimos esse processo da discussão, é um diagnóstico interessante.

Atualmente, dentro SISGOV, temos a adesão dos serviços do Paraná, da Bahia e de Minas Gerais. O do Rio Grande do Sul entrou agora, está para publicar. Nós temos os Municípios de Uberlândia, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Erechim.

O processo de adesão do Rio Grande do Sul já está sendo publicado. No Rio Grande do Sul vai ser assinado na EXPOINTER. Vamos passar uma semana lá com uma discussão grande. Já foram realizadas, na verdade, algumas oficinas. Nós queremos estimular e criar núcleos que possam disseminar esses conceitos. O Rio Grande do Sul é onde se tem o maior número de propostas de adesão. O Rio Grande do Sul é estratégico. Estamos inclusive firmando um termo de cooperação



técnica com a associação de Municípios. No Rio Grande do Sul vai ser assinado esse processo.

(Não identificado) - FAMURS.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Isso.

(Não identificado) - A FAMURS e a EMATER lá podem implantar geral.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Temos um interesse forte no Rio Grande do Sul. Já estivemos essa discussão no Vale do Taquari, onde estão os Municípios de que falei que têm um trabalho muito interessante para serem Municípios livres de tuberculose e brucelose.

Temos um número hoje... São mais de 47 Municípios. Nós temos um número pequeno de Municípios que aderiram. Por quê? Qual é o grande problema? Alguns Municípios não têm sistema de inspeção municipal instalado. Esse é um dos itens. Então, nós queremos treinar... Por isso, quando falamos na expansão de recursos, nós estamos prevendo no orçamento 15 milhões, inclusive para investir nesse processo, para que possamos orientar aquelas pessoas que vão trabalhar na montagem das regras da legislação, para que possam trabalhar e serem treinadas em cima disso.

(Não identificado) - Francisco, só me responde rapidinho: há algum edital que vocês construíram para remuneração, preço do produto por qualidade?

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Não.

(Não identificado) - Não há? Nós temos que construir isso para obrigar o produtor a se qualificar mais a cada dia no processo.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Eu queria colocar qual foi a nossa preocupação, a grande preocupação em relação a isso. Nós fizemos um planejamento em relação a isso.

Para nós, seria interessante que os 5.600 Municípios aderissem ao projeto e implantassem imediatamente o projeto, mas, pelo histórico que existe e pela discussão que temos tido dentro do próprio Governo em relação... Aqui nós estabelecemos um número. Pelo histórico dos últimos anos e pelas avaliações que nós, poderia ser um número factível. Logicamente, quanto mais tiver, para nós melhor, queremos estimular.



Está programada uma reunião com todos os superintendentes do Ministério da Agricultura para que eles venham a ser, na verdade, os disseminadores, junto com as Secretarias de Agricultura, envolvendo, no caso, também a situação dos Municípios e dos Estados. Existe uma política, uma determinação do Ministro, para que isso seja feito. Nós estamos trabalhando muito forte nesse processo.

(Não identificado) - Deixe-me fazer uma colocação. Na verdade, nós temos trabalhado...

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Presidente, eu só queria... Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Pela ordem, Deputado Assis.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Eu estou aqui há um bom tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - É o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Estou abrindo mão do Encontro das Margaridas. Eu tinha que estar lá com as mulheres da CONTAG, e estamos aqui. Se pudéssemos ter a oportunidade de fazer alguns questionamentos e ouvir toda a Mesa na sequência, facilitaria o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Peço licença, então, aos palestrantes. Vamos deixar os Deputados fazerem seus questionamentos.

Deputado Assis do Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sr. Presidente, primeiramente quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo por esta iniciativa. É muito importante este debate por estarmos num novo momento, que, quem sabe, traga-nos o encaminhamento e a alegria que todos esperamos. Mas tivemos muitos outros.

Primeiramente, quero falar sobre uma constatação, pelas falas de hoje e por outras audiências que já fizemos nesta Casa. Pelo menos duas foram feitas aqui — numa das quais participou o Arnaldo. Numa delas, tivemos a presença da Casa Civil por meio de seu representante, Dr. Érico. Depois de ter ouvido bastante, ele disse: *Isto aqui é muito mais do que um problema de sanidade, de saúde pública, mas de mercado. E vamos ter de resolvê-lo.* Mas isso já faz um tempo, e ainda estamos andando — imposição de mercado.



Enfim, aqui há uma disputa de modelo que não cabe mais no nosso País. Isso já foi afirmado por todos. O Brasil tem espaço para um modelo Sadia, agora BRF — concordo com tudo o que disse o Deputado Alceu sobre esse tema, porque tenho tratado disso nesta Casa —, mas tem espaço para a grande indústria exportadora; no entanto, teria espaço para o pequeno, que produz geralmente para o mercado interno. O Estado brasileiro não pode ser serviçal de um modelo apenas. Essa é a questão. Não pode estar a serviço de um único modelo que quer construir uma hegemonia na produção de alimentos no Brasil. E o que vemos nesse tempo, lamentavelmente, é isso; desde que se criou a legislação, que não serve para a pequena empresa. Ela foi feita para os grandes conglomerados, para um poder engolir o outro a cada pouco tempo e ficar mais gigante. É isso! E poder tripudiar e, como disse aqui o Deputado Alceu, subir com o coturno em cima dos que estão mais fracos. Essa é a questão.

Aqui está o ponto central: mais do que os Governos do Lula e da Dilma, o Estado brasileiro tem de se dar conta disso. Os gestores públicos têm de se dar conta disso. Não dá para colocar um estado a serviço de um único modelo que quer ser hegemônico na questão da produção e da distribuição de alimentos no Brasil. Para mim, essa é uma questão central.

Vejam, a legislação, altamente protetora da BRF Foods, que produz, por exemplo, salame. Eu vou a Salgado Filho e encontro o Sr. Chuíng produzindo salame, na feira do vinho e do queijo — o Deputado Celso Maldaner é lá de perto, não se já foi ou não. Estava sendo exposto um salame de 83 quilos — comemos praticamente todo, porque a feira foi grande. Ninguém ficou com problema de saúde. E esse produtor só pode vender no seu Município. Ele vai às feiras de agricultura familiar no Brasil inteiro. Acha um jeito, vai até lá, vende o produto e volta para Salgado Filho. Então, precisamos resolver isso.

Segundo ponto que eu gostaria de expor, Arnaldo: são 10 anos de espera, pelo menos de grande expectativa. Por que digo isso? Em 2001, o Presidente Lula foi à caravana da agricultura familiar, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. No Paraná, ele foi a Francisco Beltrão, na comunidade de Jacutinga, onde foi servido um café colonial para o Presidente, ainda pré-candidato à Presidência da República. E o Presidente Lula comeu vários produtos: salame, copa, queijo. Ele



perguntava por que não podia comprar aquele produto no mercado, em São Paulo. Foi explicado a ele que há uma legislação. Em Francisco Beltrão tem um serviço de inspeção municipal, sim — e é o SIM (Serviço de Inspeção Municipal), para dar redundância —, que funciona, tem técnicos. Se fosse fazer a equivalência, estaria fazendo agora, porque eles estão trabalhando. São profissionais veterinários e outros profissionais talvez formados na mesma faculdade que os fiscais do SIF. E eles disseram ao ainda candidato Lula que não dava porque só podiam vender ali, em Francisco Beltrão, que não podiam vender fora. O Presidente Lula, com sua inteligência, captou isso. Depois veio a eleição, o primeiro passo, em 2006, com o primeiro decreto, para regulamentar o SUASA, ao qual não deu muito andamento. Em 2010, saiu o segundo decreto. E agora, em 2011, a Dilma faz mais uma mexida nessa questão.

Estou dizendo isso para demonstrar que esses 10 anos de espera tiram um pouco a nossa paciência. Não sou um produtor que faz agroindustrialização, mas imagino aquele que dizemos a ele toda vida: *Um dia, vamos ter o SUASA implantado para vocês poderem vender*. Eu já não tenho crédito, por falar nisso. E alguém tem de pagar essa conta. Nesses 10 anos alguém errou. Não é possível que não consigamos fazer algo que aparentemente... E, na última audiência pública que fizemos aqui, estava pessoal de Crissiumal, do Rio Grande do Sul, Dr. Jardim, a quem foi concedido o SUASA e depois retirado, sem nenhuma explicação convincente até hoje. E é um Município referência em pequenas agroindústrias. Nós do Paraná os visitamos muitas vezes. Eles vieram ao Paraná nos ajudar em muitos casos.

Portanto, acho que essa espera já chegou ao limite. Concordo, assim como o Décio, com o fato de que o SUASA democratiza, descentraliza, racionaliza custos — já falei sobre o assunto aqui, e o Dr. Jardim sabe disso. Nós não temos condições de, num País deste tamanho, ter um sistema centralizado e basicamente orientado pelo SIF, sem parceria e sem interação com Estados e Municípios. E a equivalência do serviço dará oportunidade para que o SIF tenha mais eficiência e competência para isso.

Melhorar a eficiência e a competitividade é a questão. Por fim, distribuir renda, como foi dito aqui. Esta aí a Presidente Dilma agora querendo erradicar a pobreza



extrema no Brasil de mais de 16 milhões de brasileiros que ainda vivem na pobreza. Já foi dito aqui que este é um instrumento fantástico para isso.

Para finalizar, Dr. Jardim, aproveito esta oportunidade para concordar com o que disse o Deputado Alceu. Não podemos mais uma vez ficar esperando um conjunto de legislação ser discutido e elaborado e, depois, implantarmos o SUASA. Isso é impraticável. O que é preciso — uma cobrança e um apelo — é que comecemos a implantar rapidamente, em vários Municípios, consórcios de Municípios que estão preparados para isso. Essa modificação ou rearranjo legislativo, vamos fazendo na medida da necessidade. Não há necessidade hoje de esperarmos que isso aconteça aqui para implantarmos o SUASA. Acho que isso seria um prejuízo ainda maior. Precisamos modificar essa compreensão, se é que ela está havendo no âmbito do Governo. A mudança tem de acontecer na caminhada, se tivermos de mudar a legislação. Mas confirmo a minha opinião de que o problema não está na legislação, mas basicamente na estratégia de implantação do sistema, no plano de implantação, que tem de ser feito conjuntamente entre MAPA, MDA e os Municípios, com os consórcios de Municípios e com a participação dos Estados. Tem de haver um planejamento. Não sei se há política de metas estabelecidas, nem penso se serão 120 Municípios em 1 ano, Dr. Jardim, mas há de haver um plano de implantação em todos os Estados. Todos eles têm condições de dar algum passo neste momento.

Estive agora — e já vou deixar uma sugestão importante, Arnoldo e Dr. Jardim — com os Diretores da Itaipu, com o Samek, com o Nelton Friedrich e com a equipe da Itaipu. E, talvez, lá pode ser para nós um bom laboratório, porque a Itaipu tem uma boa estrutura técnica, tem um bom parque tecnológico. E ela está disposta a ajudar.

A Itaipu tem desenvolvido um excelente trabalho na costa oeste dos alagados. Deparou-se com a seguinte realidade, conforme já comentou o Deputado Alceu: o pescador pesca, não tem mercado no Município pequeno, atende a merenda escolar, mas o pescado dele, dali de Santa Helena, precisaria ir para Foz de Iguaçu para poder atender a merenda escolar. Mas, por conta do problema sanitário, não vai.



Portanto, eu vejo que, inclusive através do consórcio de Municípios, aquela região poderia ser um espaço de implantação. A região de Salgado Filho, no Estado do Paraná, onde tem a feira do vinho e do queijo, também, através de um consórcio, tem a possibilidade de implantação. Enfim, estou citando dois casos em que poderíamos em menos de 1 ano, questão de 6 meses, estar com o sistema funcionando. Eu acho que seria para todos nós um ganho extraordinário e, com certeza, para a nossa chefe maior, mas principalmente para quem está no Executivo, porque há uma preocupação da Presidenta Dilma com relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Para agilizar os trabalhos, chamo o próximo inscrito, Deputado Zé Silva.

O SR. DEPUTADO ZÉ SILVA - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela sua iniciativa, Deputado Celso, cumprimentar todos os componentes da Mesa na pessoa do Arnaldo. E quero cumprimentá-lo, Arnaldo, pelo trabalho, que já conheço, desde o Governo Lula até o Governo Dilma. Quero também cumprimentar o Dr. Francisco Sérgio, o nosso amigo e companheiro Toninho Rovaris, também o Dr. Décio e todos que compõem esta Mesa.

Quero registrar a presença de uma caravana lá do Pará, o Harley, o Clif, o Rui Santana, que compõem lá a Coordenação-Geral Intersindical dos Servidores Públicos e que são extensionistas rurais. Também quero registrar a presença do extensionista da EMATER de Minas Gerais, ex-Diretor Técnico da EMATER, José Ricardo.

Eu queria falar o seguinte: para mim, esta é uma das audiências públicas mais importantes, Toninho, nesses 5 meses aqui no Parlamento. Eu não vou ficar repetindo, mas queria citar alguns pontos que eu acho fundamentais. Primeiro que, em qualquer lugar deste País que você caminhar, que você andar, mas eu vou me ater principalmente às regiões mais deprimidas, como o Vale do Jequitinhonha, o norte de Minas, quando Deus ajuda e chove os produtos não têm preço, e quando acontece de chover a gente tem dificuldade de agregar valor.

Nessa semana eu estava lá no Vale do Jequitinhonha comprando farinha do Paraná. Mas aí eu fui olhar e vi que muitas pequenas fábricas de farinha não estavam funcionando, no Município de Bandeira, no Município de Salto da Divisa, no



Município de Santo Antônio do Jacinto, no Município de Itinga, onde, inclusive, o Presidente Lula foi e inaugurou a ponte que é a história lá do Município. O grande desafio é que eles não conseguem ser inseridos no mercado, porque a farinha que vende lá é feita por uma grande agroindústria.

Ou ponto. No norte de Minas, na cidade de Chapada Gaúcha, um grande frigorífico da minha cidade, no Triângulo Mineiro, que abate mil cabeças de bovino por mês, está vendendo carne para todos os Municípios para merenda escolar. Além da dificuldade, o agricultor que tem lá, o pequeno pecuarista tem uma ou duas cabeças de gado e não tem como vender, porque não tem como abater esses animais. Na terra do bode, do carneiro também, não tem como se fazer isso.

Eu estou falando isso, sem falar do café, que o meu amigo, Deputado lá do sul de Minas, vai falar. Se misturar o café com leite, não pode atravessar o rio, se faz um licor. Não é Dr. Gil?

E especialmente nós não podemos falar de Minas se não falarmos do queijo. Eu nunca vi um mineiro morrer de "queijite" aguda, nem "queijite" média, de nenhum tipo de "queijite", e eu nasci no queijo, eu nasci com a família fabricando queijo. Eu também, como sou extensionista, sou técnico e não estou defendendo que a gente abaixe a guarda com os padrões de qualidade. Ninguém está defendendo isso. De forma alguma. Mas, se não adequarmos a legislação à nossa realidade...

Eu até cumprimento o Ministério da Agricultura, o Dr. Francisco Sérgio, acho que temos que ter altos grupos de inteligência para pensar no futuro, dar competitividade ao País, mas é preciso, Arnoldo, você que também conhece essa área muito bem, que nós tenhamos um período em que se tenha a possibilidade de esses agricultores se adequarem, e adequar especialmente a estrutura. Não adianta falar em descentralizar se não for dado apoio aos Municípios, e quando falo em apoio quero dizer que apoio se faz com duas coisas: vontade política e dinheiro. Não adianta eu falar para o Município de Bandeira, no Vale do Jequitinhonha, que ele tem que ter uma equipe para implantar o sistema municipal de inspeção. Ele não terá condição. Aquele Município está vendendo o almoço para pagar a merenda escolar da tarde, então não tem jeito. Este é um grande problema. Não adianta descentralizar e achar... Nós vamos ficar mais 5 ou 10 anos sem conseguir implementar.



Para encerrar, eu quero convidar todos vocês para conhecer a legislação mineira para o queijo artesanal feito de leite cru em quatro regiões. Eu, na qualidade Presidente da Emater, tive a oportunidade, com o apoio do Governador Aécio, de Minas Gerais, com o apoio do MDA e dos Ministros que estiveram por lá... Nós temos um queijo de excelente qualidade. Os agricultores foram se adequando ao longo do tempo. Só que queijo feito lá na Serra da Canastra, que ganhou o primeiro lugar no concurso de qualidade, da cidade de Araxá, se tiver de atravessar o Rio Grande, que fica a 30 quilômetros daquela propriedade, do outro lado do Rio Grande, ele vai fazer mal para os paulistas que estão lá, do outro lado.

Eu não estou aqui também para criticar ou para dizer que a gente não tenha uma legislação, mas eu acho é preciso que se tenha um período de adequação e é preciso ter recurso para esses agricultores poderem implementar e adequarem suas unidades de produção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Próximo inscrito, Diego Andrade.

O SR. DEPUTADO DIEGO ANDRADE - Sr. Presidente, parabéns pelo requerimento. A gente vê com bons olhos a possibilidade de implementar o SUASA. O Deputado Zé Silva disse bem: a gente está acompanhando e sabe que hoje quem está sustentando a balança comercial é o agronegócio. O senhor citou várias culturas. Fiquei esperando o senhor citar o café, o maior gerador de empregos neste Brasil. São cerca de 8 milhões de pessoas na cadeia produtiva, sendo que 3 milhões em Minas Gerais.

Eu vejo com muito bons olhos a possibilidade de simplificar, de desburocratizar, Arnoldo, mas uma coisa que me preocupa — você que está na Diretoria de Agregação de Valores do MDA... A Frente do Café existe há muitos anos no Congresso, cheguei a levantar documentos aqui de 1903 e já se falava em agregar valor ao café. E como estamos hoje? Nós somos o maior produtor de café do mundo, nós produzimos neste ano, a safra de 2010, 46 milhões de sacas e vendemos esse café todo *in natura*. Hoje você vai aqui à Fogo de Chão, a um bom restaurante, pede um café de qualidade e eles te dão um café da Nestlé. Nós vendemos aqui, quando ele é muito bom, a 400 reais — 400 e poucos reais está



hoje, um preço até bom, porque durante anos ele esteve muito ruim —, eles colocam num sachezinho colorido, vendem isso de volta para cá, e nós pagamos. Eu perguntei, porque tive curiosidade: “Chame o gerente para mim. Quanto vocês estão pagando neste sachezinho?” Ele falou: “3,70, cinco gramas.” Então a gente compra de volta, eles compram a 4 mil reais. Então vamos efetivamente agregar valor, para dar condição.

Quando a gente falava em cafeicultura antigamente, a gente falava em grandes produtores. Nós fizemos um levantamento em Minas Gerais, a média das propriedades é de 10 hectares. Então são pequenos produtores. Vamos dar condição de essa gente trabalhar. Não tem jeito de ninguém andar dentro da lei com 5 mil e tantas instruções normativas. Temos que buscar realmente uma solução simples, com esse foco: simplificar e desburocratizar. E ter ação rápida, sabe, Arnaldo, pensar e implementar as coisas. Quando eu vejo você já falando em implementar, isso é muito bom. Vamos para a prática, porque desde 1903 estão discutindo agregar valor. Acho que o papel da SUASA nisso tudo vai ser realmente simplificar, dar condição de a gente fortalecer os pequenos produtores, para eles terem condição de agregar valor realmente aos seus produtos.

Era essa a minha participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Quero cumprimentar e parabenizar o nosso Presidente, o Deputado Celso Maldaner, um dos autores do requerimento, e em nome do Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, o Jardim, cumprimentar todos os expositores aqui, convidados.

Para não ser muito repetitivo, quero dizer que passei por algumas experiências. Eu tive a oportunidade também de ser Prefeito. Na primeira vez que tentaram implementar o SUASA, era Presidente da Associação dos Municípios do Estado de Rondônia. Foi aí o ponto de estrangulamento principal da implantação do SUASA: não houve, por parte dos Municípios, essa compreensão. E eu não tiro a razão deles, como o Zé Silva disse aqui, porque a descentralização de ações sem descentralização de recursos aos Municípios os colocam em situação difícil. Um profissional desse tem que ter dedicação exclusiva, um médico veterinário com a sua equipe, e um salário que possa concorrer também no mercado, porque o



mercado privado oferece condições de remuneração bem melhores do que as Prefeituras Municipais, que esbarram naquela questão de que não pode ganhar mais do que o Prefeito. São essas coisas que os Prefeitos enfrentam na área de Saúde.

Hoje, existe um comprometimento maior. A legislação e a regularidade ambientais dificultaram a vida dos pequenos, dos médios e dos grandes produtores. Quer dizer, colocaram todos em situação difícil. Até que venha essa alteração do Código Florestal, o produtor ainda vai ter que trabalhar com essa dificuldade, da regularização ambiental, que não deixa de ser um empecilho, um engessamento à produção no campo. O SUASA vem facilitar até os programas do Governo Federal. Na Agricultura Familiar, talvez seja uma das alternativas. Eu sei da necessidade de implementar e dar segurança alimentar. A merenda escolar já tem determinados os 30% para a aquisição, e, com certeza, vai atingir os 100% na maioria dos Municípios, mas não existe essa segurança alimentar de colocar na mesa dessas crianças o que se produz no campo, justamente por falta dessa capacidade inclusive do SIM, Serviço de Inspeção Municipal, que esbarra nos consórcios. Podem formar consórcios, mas eu acho muito difícil fazer inspeção através de consórcios. Tem que fazer no máximo em um ou dois Municípios. Dependendo da proximidade, ainda dá para fazer, lembrando que há uma grande diferença entre fazer inspeção no sul e no norte do País. É preciso... As leis são as mesmas para um Brasil com tantas diferenças.

Eu acredito que o SUASA precisa ser empenhado, Dr. Jardim. A implementação do SUASA é de grande importância, principalmente para o pequeno produtor. Ele está organizando sua produção, mas não consegue organizar sua comercialização. Eu fui Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia e cansei de ver projetos, por exigência do Serviço de Inspeção Intermunicipal para produção de leite “barriga mole” exigir dos produtores construção com pé direito de 6 metros, e faltar dinheiro para colocar bloquete no pátio dessa agroindústria. São distorções que não se justificam, e é financiado pela SUFRAMA. os Estados estão preparados, têm programas de agroindústria, implementação de agroindústrias, nós precisamos fazer isso. O MDA mantém convênios com as EMATERs para viabilizar a assistência técnica. Existem convênios para estimular, na parte de comercialização, a



agroindústria. Acho apenas que é preciso abrir uma exceção aos Municípios para que possam contribuir também com a contratação de técnicos, ajudando a si mesmos a implantarem essa regularidade em relação à inspeção.

Outro grande problema — eu também já fui da antiga Delegacia Federal — esbarra na mão de obra. Aí é preciso, ouviu, Ronaldo, abrir mão um pouquinho. É o técnico de nível médio que carrega o peso nas costas mesmo. Precisamos portanto resolver isso aqui internamente, até porque a regulamentação da profissão do técnico de nível médio lhe concede, dentro do limite, a atuação, e ela na fiscalização vai ajudar muito o Ministério, que carece dessa mão de obra, que pode contribuir. Hoje, a deficiência desses profissionais é muito grande no Ministério, que não pode convocar um técnico para acompanhar esses programas nos Estados. Não pode. A justificativa é que vai faltar profissional na área de fiscalização dos SIFs já implantados nas indústrias. É o caso de Rondônia e, creio, também de muitos Estados. Precisamos então vencer também essa etapa.

Em relação aos programas do Governo do Estado — fiz isso como Secretário, e o Governador concordou —, foram implementados alguns bastante importantes: isenção de 100% para a agricultura familiar; criação de selo para embalagens; isenção para comerciantes que expõem e vendem seus produtos — e não só isenção, mas créditos para serem abatidos em ICM de outros produtos, o valor que ele comprar da agricultura familiar produzida no nosso Estado. Está tudo pronto. Porém, quando ele vai ao Serviço de Inspeção, isso não funciona. Os programas de agroindústria estão lá, um monte deles implantados, sem funcionar, com produção garantida, mas sem poder chegar na mesa de quem poderia estar consumindo.

Para finalizar, quero fazer uma observação: tão logo assumi, ouvi por parte do Ministro Padilha, a quem muito admiro, Ministro que conhece sua Pasta, é a praia dele, e ele a defende muito bem... Fiquei muito preocupado com uma manifestação de um Diretor da ANVISA. Ele disse que a produção orgânica deveria ser fiscalizada pela ANVISA e não mais pelo Serviço de Inspeção do Ministério. Então, temos que ficar alerta. Se isso acontecer será o fim. Aí vão querer fiscalizar tudo o que a agricultura familiar produz. Acho que devemos observar e acompanhar isso de perto. Eu ouvi que ele teria o apoio do Ministério em relação a esse pleito encaminhado pelo Diretor daquela Agência.



No mais quero parabenizar todos e dizer que não tem mais o que discutir. Acho que os erros e a inviabilidade ocorrida na implementação do SUASA estão aí para quem quiser ver os pontos de estrangulamento. Devemos implementar, corrigir esses estrangulamentos e fazer funcionar o mais rápido possível, para que o setor produtivo tenha a tranquilidade de produzir e um mercado forte. Preço é questão de mercado.

Era isso que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado, Deputado Carlos Magno.

Vou passar a palavra ao último Deputado presente, que está inscrito, Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Deputado Maldaner, senhores debatedores, em nome do Jardim, todos que estão nesta Mesa, eu acho que este é um assunto, e o Deputado falava disso anteriormente — acho que está mexendo há uns 10 anos... —, e o Pratiní de Moraes era Ministro quando a gente começou a trabalhar, o finado Nelson Marchezan tinha um projeto para fazer esse sistema de fiscalização; quer dizer, a gente trabalhava, era só regulamentar uma lei que já existia. Hoje, estamos aí, mas já faz 10 anos.

Infelizmente, os colegas agrônomos, veterinários, por causa daquelas instruções, e o pessoal acaba dentro do modelo, têm que seguir aquilo ali. Então, aqueles 2 metros, 3 metros, tudo isso inviabiliza. O caso de Crissiumal é uma coisa mais ou menos assim. O pessoal faz um produto de qualidade, e, por detalhes, ele está lascado, ouviu, Arnaldo. Então, esse é o problema que temos que simplificar. Tem que usar a força que existe hoje, a força-tarefa do Ministério. O Ministério não terá gente para fazer isso.

Ano passado, com o antigo Secretário da Agricultura, tentamos enquadrar o Rio Grande do Sul, Antoninho. Faltavam o quê? Quatro ou 5 fiscais para se chegar ao número necessário. O Estado não tem condições. *“Ah, se você contratar mais 5, aí o Estado pode ser credenciado.”* Veja, a dificuldade que é isso aqui. Eu dizia: *“Isto aqui, tchê, nós podemos fazer...”*, ouviu, Jardim e Ronaldo, *“...envolvendo as Prefeituras”*. Eu fiz isso quando fui Prefeito. Nós fizemos um SIM, claro que era para vender carne ao Município, mas fizemos funcionar no Município. Treinei, pelo



Ministério, em Uruguiana, um veterinário e dois fiscais, criei dois cargos de fiscais, e fiscalizava carne, abatia carne lá, porque era tudo clandestino, a maior parte, a não ser os frigoríficos maiores. Bom, eu fiz quase 80% de fiscalização. O meu fiscal dizia a hora em que o cara ia abater, ia lá e fiscalizava. Quer dizer, monta um negócio...E a taxinha que eu cobrava, eu pagava o veterinário. Vejam como dá para se fazer o negócio: pagava-se, sem ser um absurdo, e era carne legal. O cara fiscalizava, um cara com capacidade, era um técnico da área, um veterinário; e os fiscais eram agentes treinados. Nós montamos um sistema. Quer dizer, isso dá para fazer.

O Zé Silva fala aqui que lá, no Estado, fizeram um sistema; o Magno fala que, no Estado dele... Cada um tem um sistema hoje. Basta simplificarmos a fiscalização. A fiscalização da BrFoods é outra coisa.

Agora, se isso aqui... E há um dado estarrecedor, desses 16 milhões, que o Deputado Assis citou aqui, de miseráveis, a metade está no campo, tchê! A metade está no meio rural. Miseráveis!

O pessoal da EMBRAPA, o Professor Eliseu Alves, junto com a Fundação Getúlio Vargas, fizeram um levantamento: 50% a 60% dos produtores vivem com faturamento bruto de 6 ou 7 salários mínimos por ano, tchê! Seis ou 7 salários mínimos, venda bruta, tchê! Mas como é que esses caras vão se manter? São 2 ou 3 milhões de produtores do Brasil inteiro. Certo?

Aqui se abre uma oportunidade para aqueles que já estão um pouquinho melhor, para fazer uma coisa assim. Então, o que precisamos? Simplificar. Usar o Estado. A União, por exemplo, o que se puder fazer com as Delegacias; as Secretarias, juntam-se as Secretarias Estaduais de Agricultura, todas elas; juntam-se as Prefeituras, muitas já têm corpo técnico, e, onde não houver, contrata-se um veterinário. Não é questão de ser muito caro o profissional; que se contrate por serviço, por 6 horas, alguma coisa; pague-se a um profissional, dê-se serviço aos veterinários, Jardim. Esses caras...Treinem o cara, contratem o cara, coloquem o numa empresa para fazer... Nós temos que criar esse sistema simplificado. Os agrônomos, na sua área; os veterinários, na sua área. Cada um faz a sua parte. Aí, conseguiremos avançar, senão, vamos ficar discursando, discursando, e, daqui a 10 anos, quem sabe 100 Municípios fizeram o processo. Entenderam?



Então, isso aqui é uma oportunidade ímpar para aqueles que têm que agregar valor, precisam renda, precisam de alguma coisa a mais. Senão, vamos ficar sempre no discurso, no discurso, e a coisa não acontece para eles poderem fazer isso aí.

A lei está pronta. Agora nós temos que simplificar, usar o que a União tem, através do Ministério e das delegacias; usar o que os Estados têm; usar o que tem a EMATER, um capital que está lá, tchê! A EMATER pode ajudar no processo. As Prefeituras estão organizadas, o Assis falava aqui de 2 ou 3 consórcios de municípios. Vejam: a coisa está embalada, lança-se e daqui a pouco 500 Municípios estão funcionando! E esses serão modelos para os restantes.

Agora: simplificação... Sei, Jardim, as leis, nós fizemos aqui, viu, Celso? Alguém regulamenta a lei, já coloca uma minhoca aqui, uma minhoca ali, daqui a pouco, chega lá no Município, para o cara... *“Ah, olha aqui, ó...”* E o cara não consegue andar, tchê! Aí, nós estamos travado.

Então, ou se simplifica, ou as coisas não vão andar. É problema ambiental para um lado, tudo é problema com o produtor. Então, essas questões... Nós que vivemos no dia a dia, sabemos, conhecemos, tchê, o cara se mantém na atividade hoje só Deus sabe como! Entendeu? A dificuldade que ele passa, superando tudo e mais um pouco, explorado por tudo — é adubo, multinacional de adubo, de defensivo, de fertilizante, de diesel, tchê! Não é nem multinacional, é a PETROBRAS, tchê! A carga tributária que o cara paga hoje... Como é que esse cara ainda vive? É lei ambiental em cima dele, quilombola em cima dele, índio em cima...Tudo, e esse cara ainda está resistindo! Todos os setores.

Então, se nós não fizermos, viu, Jardim, a simplificação do processo...Tu, que estás na Agricultura, e o Arnoldo, que está pelo MDA aqui, vamos simplificar: nem pensar em ANVISA, viu, tchê? Eu acho que o Ministério da Agricultura, com as Secretarias Estaduais de Agricultura, têm condições, junto à EMATER, de fazer um serviço legal, entendeu? Fiscalizar, colocar produtos de qualidade. Vamos fiscalizar! Eu acho que tem de fiscalizar, para dar sanidade e qualidade para quem vai consumir. Não vamos colocar qualquer coisa na mesa do cara, não é? Temos condições de fazer coisas simples. Quando o mundo era mundo já se faziam coisas que a gente... Nasceu comendo um pão, comendo um salame, comendo uma



chimia, comendo uma manteiga, sei lá, tudo fabricado por esse tipo de gente. Eu estou com 60 anos e comi por quantos anos essas coisas?

Então, esse tipo de coisa, viu, pessoal, é importante. Aí, Jardim: simplificação. Não vamos criar essas coisas. Lá não vão conseguir aplicar, que é o caso da Crissiumal. Esse exemplo foi lá. Os caras se esforçaram, daqui a pouco o cara nada, nada e morre na praia, tchê, para poder fazer isso aí.

Então, essa é a ideia que eu deixo para vocês. Vamos juntar essas forças. Os atores já estão aí. O Ministério já tem, lá no Rio Grande do Sul, designa alguém para ajudar a treinar o pessoal, a Secretaria já está lá no meu Estado, a EMATER já está lá no meu Estado, e a Prefeituras estão lá, tchê. Juntem os sindicatos que puderem ajudar a reforçar. Não tem estrutura de veterinário, de agrônomo, enfim, mas, sei lá, para organizar os produtores em um sistema que possa fazer isso aí.

Nós temos condições de fazer essas agroindústrias crescerem. Um dia, quem sabe, chegue, viu, Zé Silva, em uma BrFoods dessas que estão aí esses pequenininhos que estão lá. Sonhar, não é? Mas nós vamos chegar, e eles podem crescer, sim. Então, é isso aí, Jardim, simplificação dessa legislação que nós temos aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Nós vamos agora, antes de finalizar, dar oportunidade para cada palestrante fazer suas considerações finais.

Eu acho que a audiência pública foi produtiva. É claro que esperamos a resolutividade, esperamos que dê resultado.

Como eu falei no início, eu ia contar uma pequena história do nosso ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, hoje Senador. Ele foi uma vez almoçar no Porcão, no Rio de Janeiro, e aí todo mundo se aproximou dele. Ele achou que era a bola da vez, ficou muito contente porque era conhecido pelo nome e tal. Quando ele foi ver os garçons eram todos de Santa Catarina, da nossa região. Eram todos do meio rural. E daí ele contou essa história, no dia 30 de março de 2003, inaugurando lá uma pequena agroindústria, que até hoje funciona — ele vende lá na feira livre —, e daí ele contava essa história, e os pais começaram a chorar. Daí, ele não entendeu o que era. É que ele trouxe o filho de volta de São Paulo, que trabalhava em uma churrascaria e foi ajudar o pai na agroindústria.



Então, se conseguirmos fazer funcionar muitas pequenas agroindústrias familiares, vamos, de repente, trazer muitos jovens de volta. Famílias, às vezes, vivem em depressão porque os filhos foram embora, estão longe. Isso ajudaria a trazer um pouco os jovens de volta para ajudar o pai e a mãe na sua pequena agroindústria familiar. Eles sempre foram muito preocupados com a sucessão familiar. Então, eu acho que é importante.

Passamos a palavra para o Sr. Ronaldo fazer suas considerações finais.

O SR. RONALDO GIL PEREIRA - Agradeço as palavras aos nobres Deputados aí e gostaria de dizer o seguinte: a ANFFA Sindical vem acompanhando essa situação no SUASA com muita preocupação por conta de que parece que ela é contrária de alguma forma. Ela tem total noção da importância que tem a implementação do SUASA. Ocorre que — e não pode deixar de ser dito isso aqui — não há estrutura, nem no próprio Ministério da Agricultura, para atender toda essa demanda de trabalho que vem sendo colocada apenas na área de inspeção.

Vejam: não foi falado aqui em momento nenhum — e eu desafio aqui alguém que me lembre disso — que nas outras áreas não tem nenhuma ação, nenhuma. Só na área do SISBI é que temos implementado, e assim mesmo em poucas indústrias familiares. Porque nós não visamos a indústria familiar, visamos o serviço. E eu digo para vocês com toda a clareza aqui — e chamo a atenção porque foi mencionado aqui pelo nobre Deputado — que nós não temos uma avaliação perfeita de quantos serviços de inspeção municipal estão implantados neste País. Eu diria que menos de 5% dos Municípios tem isso.

Quero dizer também que nós participamos já por três vezes, já treinamos três turmas no Rio Grande do Sul, onde a coisa está um pouco mais aflorada e onde nós temos um contingente um pouco maior de técnicos para poder treinar. O Ministério tem se colocado à disposição para treinamento, mas eu pergunto aos nobres presentes o seguinte: por que os Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, só têm um estabelecimento aderido? Nós vamos avaliar todos os que estiverem na lista. Só que depois que um Estado aderir, ele tem competência de colocar outros.

Quais foram os estabelecimentos que foram colocados? Já tem um ano que o Paraná entrou, já tem quase 2 anos que a Bahia entrou, e nenhum está... Olhem



bem o que estou dizendo aos senhores: nenhum ou um! No Paraná foi um estabelecimento colocado. Por que isso, se tem as condições? Por que o Estado não vem usando da sua atribuição de colocar o estabelecimento depois de o Ministério ter outorgado a ele a condição de fazê-lo? Não dá para entender.

Quero citar para vocês: o Ministério, preocupado com essa questão, está fazendo um convênio com a CNM, visando a descobrir — porque esse é o ponto, ouviu, Deputado — quais são os Municípios, cuja categoria demandaria ações do Ministério para colocá-lo como possível consórcio. Outros que não têm o SIM, poder orientar como é a formatação de um SIM, desde que ele tenha estrutura. E aqueles que não têm nenhuma estrutura, fomentar ações para que possam ter a mínima estrutura para abrigar...

Então, o ponto que quero deixar bem claro aqui, inclusive a ANFFA Sindical está muito preocupada, é que não há uma estrutura, como está na Lei nº 7.889, que muitos citam, que foi realmente um absurdo, que se desse a condição de criar o critério de barreira de comercialização, o que não é realmente parâmetro para nada. Foi em função, naquele momento, de ter saído da 5.760, e que muitos estabelecimentos não tinham as condições exigidas na época pelo Ministério da Agricultura, e que passarem, então, de uma forma, através da Lei nº 7.889, usando esse argumento nesta Casa e no Senado, usando desse argumento de que poderia ser um controle apenas local, que o ambiente de comercialização seria apenas local, e, portanto, poderia ser criada essa condição. Esse mesmo argumento vem sendo usado contra nós agora.

Ou seja, a ANFFA Sindical coloca, com veemência, sua preocupação por conta de que todas as áreas do Ministério que estão envolvidas com a inspeção de outros produtos, de insumos, não terem dado sequer um passo.

O que temos visto é que nem regulamentação existe — e alguém falou aí da Normativa nº 36 —, como existe a 36 para área de inspeção de produtos de origem animal, a única que cuidou disso. O avanço ínfimo que a gente teve foi em função de funcionários abnegados do Ministério da Agricultura. Eles que pegaram o “touro à unha”, como se diz na gíria, e foram para o campo tentar ajudar o produtor rural, que a gente vê como vocês, assim como a Presidenta Dilma, em uma condição excepcional de aumentar a renda no campo, desde que atendidas as condições



mínimas de higiene. Alguém disse aqui que não tem doença, mas eu tenho da parte da ANVISA e dos organismos que cuidam dessa parte, alguma coisa contra isso que foi dito aqui. Existem sim vários surtos, e não é só da indústria agrorural, ou rural, não é só da pequena indústria, da grande indústria também, mas existe, e a gente tem essa preocupação.

Os dois pontos, volto a dizer para vocês, que a gente tem que trabalhar são: primeiro, a estruturação. Conhecer a ponta. Nós não sabemos... Desafio alguém dizer para mim aqui quantos Municípios têm serviço de inspeção municipal implantado, estruturado e com legislação. Muito poucos neste País. O que temos que trabalhar é isto. Aí está o primeiro ponto. Se conseguirmos, o Ministério está disposto a dar treinamento, e já temos participado de treinamentos no Brasil inteiro, especialmente na FAMUR; já fomos em três, com 45 pessoas lá, técnicos. O Ministério tem envidado esforços para tentar chamar a atenção dos Municípios e dos seus gestores da necessidade de implantar o serviço de inspeção municipal, mas nem isso, e isso vem desde 1989. Quantos anos temos aí? Então, nós precisamos, e eu peço a Casa que tem o poder de fazer gestões junto aos organismos políticos que viabilizem uma mínima estrutura para a área de inspeção nos Municípios, porque dali o Ministério consegue fazer a fritada. Sem ter o ovo, não se consegue fazer a fritada.

Então, eu queria dizer a vocês, para fechar, que a ANFFA Sindical, como vocês, preocupa-se com essa patinação no SUASA, o que vai demandar contratação de pessoal — ninguém está aqui para enganar ninguém —, vai demandar muitos recursos para treinamento. Até ano passado, como o Dr. Jardim acabou de colocar aqui, nós não tínhamos sequer orçamento! Isso está vindo agora. Então, os anos se passaram em função de quê?

O Prefeito não tem como — vai tirar dinheiro de onde? — criar um serviço de inspeção municipal. Ele não tem como!

Então, eu queria deixar esta mensagem para vocês: a questão é estruturação. Nós precisamos de alguma forma arranjar recursos para estruturar os serviços de inspeção.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Sim?

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Ronaldo, embora todo o conhecimento que você tem, acho que é desse discurso que temos de fugir.

Por tudo o que você falou, acho que a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária tem cumprido o seu papel na questão da sanidade, através de convênios com os Estados. Tem sido um sucesso! Não sei se alcançou todos os Estados do Nordeste na questão da sanidade. Imagine o que é fazer sanidade animal numa área de fronteira como o Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No discurso é praticamente impossível fazer. Agora, na prática é possível. Rondônia já tem avião — o Ministério conveniou com o Estado —, tem barcos, tem profissionais. Portanto, serve de exemplo. Mas na questão vegetal há falhas. Um puxa o outro.

Como o Heinze falou, nessa questão, há tarefa para todos nós. Depois de 10 anos não se pode ter esse discurso. Temos que buscar fazer com que dê certo. De que forma o MDA pode entrar nesse processo, para contribuir, para que possa realmente fazer a geração de renda funcionar na agricultura familiar, como é seu objetivo, e da CNA, na defesa?

Acho que temos as nossas dificuldades, os Municípios têm as suas dificuldades, mas é preciso que também da parte dos Estados haja um trabalho de conscientização, de valorização, inclusive para geração de emprego e renda nos seus Municípios. É uma alternativa segura para isso.

Então, acho que você tem que amenizar um pouquinho esse discurso, torná-lo mais positivo, porque você representa e defende um segmento sindical. Você tem que tornar esse discurso mais positivo e chamar à responsabilidade os atores nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado, colega.

Dr. Arnoldo.

O SR. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS - Eu acho que o problema é, de certa forma, conceitual. Nós exigimos a excelência, de um lado, quando não temos a excelência do Governo Federal, infelizmente. Nós fomos desabilitados pela Rússia em vários empreendimentos, com S.I.F para exportação; temos problemas com a



Operação Ouro Branco, com o S.I.F, com funcionários lá de dentro. Que dizer, há deficiências nos serviços do Estado brasileiro (saúde, educação, inspeção).

Então, no meu ponto de vista, as exigências são exageradas, sim. Por isso há baixa adesão.

Eu digo ao colega do sindicato que temos mais de 2 mil Municípios com serviços de inspeção e legislação instalados no Brasil, e dou exemplo: Mato Grosso tem 100% dos Municípios com S.I.M. Nos Estados do Sul, praticamente 100% dos Municípios têm o Serviço de Inspeção. Todos os Estados têm.

Então, nós temos capacidade de dar ampla cobertura. Milhares de técnicos podem se somar ao sistema. Enquanto eles não entrarem no sistema, eu não qualifico, eu não invisto. Como vou justificar?

Nós gostaríamos de apoiar o MAPA no pleito dos recursos para sustentar o sistema, mas, como justificar para o Planejamento o investimento de dezenas de milhões de reais em um sistema que tem três Estados e quatro Municípios com 23 agroindústrias?

De um lado, tem-se a informalidade e a clandestinidade. Com a excelência exigida, vale a pena ser informal e clandestino, não aderir à formalidade. O sujeito bota o queijo no ônibus e corre o risco, porque, de outro jeito, ele não vende. Se ele aparecer formalmente, como fez Crissiumal, no dia seguinte àquele em que relacionar o novo empreendimento, será cassado.

Por que Estados que têm o serviço estruturado, como Paraná e Minas Gerais, não põem novos empreendimentos? Porque correm o risco de serem cassados no dia seguinte. Por isso o medo que os serviços estaduais têm de relacionar novos empreendimentos. Então, nós temos que pensar em um conceito que os traga para a formalidade, reconhecendo a realidade. E a realidade é que a informalidade impera. Se não houver estímulos à formalização, com as deficiências que nós temos, não haverá formalização. Nós vamos fechar os olhos para uma realidade factual: o informal predomina, infelizmente, nesse tipo de empreendimento, e nós temos que trazê-los para a formalidade.

O Estado de Minas, cujo Governo não é da base aliada, está de parabéns — eu posso elogiá-lo aqui —, pela coragem que teve de fazer uma legislação pró-formalização, que primeiro formaliza e depois faz a adequação. Ao te formalizar, eu



sei quem você é. Quando o seu produto estiver no mercado municipal, eu sei de onde ele veio. Quando eu encontrar um problema na prateleira, eu sei a quem criticar, a quem corrigir, a quem punir. Na informalidade, eu não sei de nada. Na clandestinidade, então, pior ainda.

A gente tem que optar pela simplificação — eu concordo com o Deputado —, porque a simplificação vai permitir que os atores venham para o processo e, com eles à mesa, nós poderemos atuar, investir, qualificar, responsabilizar, rastrear, para termos mais segurança.

Eu acredito que, de certa forma, o Sistema Único de Saúde deve nos inspirar. Hoje nós podemos criticar a ANVISA por várias coisas, mas ela consegue chegar ao carrinho de cachorro-quente. Tem lá uma folhinha da vigilância sanitária, no carrinho de cachorro-quente da rua. E ele vende, mesmo sendo informal, do ponto de vista tributário. Hoje ele está indo para o microempreendedor individual. Estamos conseguindo formalizá-lo e ele vai ter aposentadoria. E ele tem vigilância sanitária!

Milhares de agroindústrias estão no Serviço de Inspeção Municipal e outras milhares estão no Serviço de Inspeção Estadual. Elas pagam impostos e são fiscalizadas, mas eles não podem. Então, não há estímulo.

Este é o apelo que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem feito em debate interno do Governo: que a gente reconheça o que é fato. Existe a deficiência em nós, no nível federal, existe a deficiência no nível estadual e existe a deficiência no nível municipal. Se nós exigirmos a excelência, vamos continuar com quatro Municípios. E uma coisa posso dizer: há muito mais Municípios com S.I.M, não só esses quatro.

Os Estados estão preparados. Não dá para dizer que São Paulo não tem capacidade, mas não existe SUASA em São Paulo. Como eu vou atuar no Brasil, se o SUASA não está dentro de São Paulo, se Minas está só com carnes, sem leite, sendo o Estado o maior produtor de leite?

Nós temos que fazer um esforço de governo para realmente simplificar, apostar na adesão, para podermos trabalhar com as deficiências reconhecidas, os limites reconhecidos. Nós temos limites. Nós somos um país em desenvolvimento, os recursos não virão na quantidade necessária. Nós sabemos disso. Os concursos não virão na quantidade necessária. Está todo mundo cortando gastos,



suspendendo concursos. Então, nós vamos trabalhar em um cenário deficiente. Se eu sei que o cenário é deficiente, não adianta exigir excelência.

Então, eu acho que esse é o debate. E se o setor não se abrir, as soluções podem ser piores, porque, se a gente não atuar de forma coordenada, nós vamos atuar de forma descoordenada. De repente, vem uma decisão imprópria para resolver.

Acho que essa decisão que o Ministério da Agricultura tomou no sentido de que agora vai é muito importante. Há um compromisso. O Ministério da Agricultura tem nos repassado isso, como repassou para a Presidência. Nós estamos confiando que agora vai, com essa atitude do Ministério da Agricultura. A questão foi posta no debate interno. Nós tínhamos uma outra proposta. O Governo optou por confiar na decisão do Ministro e sua equipe de que agora as coisas vão andar. Portanto, vamos apostar nisso e continuar trabalhando.

O MDA está investindo. Nós estamos investindo, nós temos uma rede de apoio. Nós estamos trabalhando para formação dos consórcios, estamos capacitando em boas práticas de produção — acho que a coisa mais importante é capacitar — as agroindústrias. O nosso principal investimento hoje no Programa de Agroindústria Familiar é a capacitação dos agentes públicos em boas práticas.

Nós temos minutas de legislação específica para a agroindústria familiar de pequeno porte. Nós estamos apresentando as minutas para as Câmaras de Vereadores, para as Assembleias Legislativas, para os gestores estaduais e os gestores municipais. É possível ter uma legislação específica. O Decreto do SUASA traz isso e permite que se tenha uma legislação específica. Isso é muito importante.

Nós estamos trabalhando para que se possa acelerar. Acredito que agora vamos entrar num cenário diferente, de maior agilidade, de maior cooperação entre os Ministérios nesse tema, para que possamos obter esses resultados que todo mundo está esperando.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, a título de sugestão, existe no MDA a gerência que cuida dos territórios. Vamos chamá-la para essa discussão. Os Prefeitos gostam muito desses territórios, porque ali há recursos para financiar. A Secretaria Nacional de Defesa tem convênios com todos os Estados



brasileiros. Vamos chamar à responsabilidade os Estados, pedir-lhes uma atenção especial para o fato de estarem dificultando um pouquinho.

Agora, eu gostaria de lembrar algo e de fazer uma pergunta. Não sei se vocês lembram — o Dr. Jardim é da época, mas o Arnaldo talvez não seja — quantos milhões de reais foram investidos pelo Ministério da Agricultura na construção de matadouros municipais, que hoje estão destruídos, porque não lhes deram valor?

Eu só faço essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Vamos dar continuidade.

Dr. Décio, as suas considerações finais.

O SR. DÉCIO COUTINHO - Sr. Presidente, colegas da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores, eu volto a insistir em que nós temos uma peça construída, que é o decreto do SUASA, com todas as ferramentas para que seja colocado em funcionamento. A única coisa que nos preocupa, e nos preocupa muito, é que essa junção de recursos, essa junção de forças e essa ansiedade de todos nós — para que a gente não passe mais 20 anos, como nós passamos da edição da lei que transferiu aos Estados e aos Municípios a inspeção — não nos atrapalhem na aplicação de recursos, como disse o Deputado agora há pouco, em estruturas físicas que acabam se dissipando no tempo e no espaço e deixemos de aplicar esses recursos na estrutura principal, que é a junção de todos os profissionais. Defesa se faz com todos os profissionais.

O profissional federal, o profissional estadual e o profissional municipal da defesa fazem parte do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária. Mas ele precisa ter o mesmo nível de valorização e de capacitação. Ele precisa ter não a mesma instrução, a mesma lei e o mesmo decreto; precisa ter o mesmo nível de responsabilidade profissional. Então, eu acho que a implementação desse sistema deve se pautar por isto: aproveitar todo o Sistema Nacional de Defesa Agropecuária que tem este País, capacitá-lo e dar a ele todas as condições para que possa ser utilizado.

Eu só gostaria de colocar mais uma coisa, Sr. Presidente, se o senhor me der essa possibilidade. Nós não podemos terminar a discussão do SUASA na implementação do SISBI. O SUASA é muito maior do que a implementação do



SISBI. Nós temos uma série de outras ações, e o Deputado, que foi Secretário de Rondônia, sabe disso perfeitamente.

Eu sou oriundo do Estado de Mato Grosso e sei o quanto a gente sofre naquela fronteira com a Bolívia. Nós precisamos ter um sistema único de fiscalização de fronteira. Nós não podemos ter uma fiscalização de fronteira, no Rio Grande do Sul, diferente da fiscalização de fronteira do Amapá. Nós temos que ter um único sistema de alerta.

Hoje, em volta de nós, neste País, temos inúmeras doenças, inúmeras pragas prontas para a qualquer momento entrar em nosso território. A nossa vigilância e a nossa fiscalização internacional estão com a cara voltada para o Oceano Atlântico e as costas para a divisa do País com a América do Sul, e hoje a possibilidade de entrada de alguma coisa pela nossa divisa da América do Sul é muito maior. Quem vive ou viveu na região de fronteira sabe que o entra e sai na região de fronteira não é por vontade de estar ilegal. É cultural. Alguns países dependem do nosso produto e nós dependemos do produto de alguns países.

Então, que nós não fiquemos apenas na discussão do SISBI, que vamos mais longe, que possamos realmente fazer a implementação do SUASA na sua essência, com os três segmentos funcionando perfeitamente, cada um tendo o seu poder de trabalho e cada um podendo contribuir de forma ordeira e com capacidade técnica para o desenvolvimento da defesa agropecuária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Dr. Antoninho Rovaris, as suas considerações finais.

O SR. ANTONINHO ROVARIS - Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou ser rápido, talvez 5 minutos, no máximo.

Quero dizer que fica cada vez mais evidenciada aquela nossa tese de que existem duas agriculturas no Brasil. O sistema de vigilância sanitária implantado no Brasil está muito claro, segue um rumo e uma orientação. E aqui foi dito por vários Srs. Deputados que a legislação foi criada exatamente para cumprir um papel neste País: proteger os grandes conglomerados e tudo o mais. Isso parece brincadeira, mas, na prática, é verdade. Isso é o que me entristece mais, porque, se nós



começarmos a contar aqui as histórias de que temos conhecimento, vamos ver que as coisas são muito piores do que se imagina.

Eu não vou entrar nesses detalhes. Eu só queria, muito claramente — talvez mais ansioso do que cada um dos senhores e das senhoras que estejam aqui para que isso efetivamente saia do papel —, que, na estrutura atual, eu não acredito que vá ser implementado o SUASA no Brasil. Esse é o meu crédito neste momento. Aliás, o meu descrédito. Pode ser que daqui a 1 ano volte aqui e tenha que pedir desculpas para o pessoal que está à frente — e eu gostaria muito — e de parabenizá-los por isso, mas, enquanto não houver decisão política clara, enquanto não houver orientação política clara, eu não acredito na implementação do SUASA, da forma como está estruturado neste momento.

É preciso urgentemente rever seja o decreto, seja a instrução normativa. Foi editada por quem? Em que circunstâncias? Para atender o quê? Ninguém discutiu isso. Essa estrutura, a meu ver, não tem — não vou dizer capacidade, porque capacidade tem — vontade política para realizar. Por isso, acho muito difícil que seja implantado no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado, Antoninho.

Para finalizar, vamos ouvir o Dr. Jardim.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Mais uma vez, agradeço o convite para estar aqui na Casa e agradeço algumas palavras colocadas. Acho importante ter esse debate.

A primeira coisa a deixar clara é que existe o compromisso político, a determinação da Sra. Presidenta e a determinação do Sr. Ministro para que se cumpra esse processo. Os atos que estão sendo elaborados já demonstram claramente isso, como a própria Instrução Normativa 36.

Agora é importante dizer que, de fato, o foco do processo, a discussão do SUASA, do sistema unificado, que é o importante do processo, está sendo, na verdade, escamoteado. Está se fugindo para discutir o SISBI, que é importantíssimo. Essa é a demanda imediata.



Temos vários trabalhos sendo feitos, um na área de bebidas, porque há demanda. Então, há o SISBI da área de bebidas. Há discussão na área de insumos, há alguma demanda, e estamos trabalhando nesse processo.

O importante nessas questões é justamente integrar todos os sistemas, e, volto a dizer, o sistema de defesa não é prerrogativa. Quando discutimos no início, falamos na importância do SUASA. Não podemos hierarquizar esse processo, quer dizer, não podemos valorizar mais o federal e menos os Estados e Municípios. É preciso haver uma ação integrada. O sistema de defesa tem que estar integrado, e o SUASA faz isso. É importantíssimo que se faça isso.

O sistema de defesa agropecuária não é prerrogativa do Ministério da Agricultura, todos os atores têm que participar dele, efetivamente. Problemas vamos ter, deficiências vamos ter. Isso vai ocorrer, mas vai se ajustando, com a integração do sistema e a gestão compartilhada do processo. Temos que ver, na verdade, quais são as necessidades, onde o problema ocorre. E o problema está no Município. É lá que as pessoas vivem. Então, temos que direcionar as ações para lá.

Temos que contar a história desse processo. Nós, que somos jovens de mais idade, vivenciamos isto: em 1970, o Brasil era o maior importador de alimentos que havia. O Brasil importava tudo: carne, feijão, arroz. Naquele momento, algumas denúncias surgiram e o Brasil começou a pensar. Surgiu o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, e algumas pessoas começaram a pensar o Brasil. Naquele momento, pensou-se: tem-se de criar uma empresa que desenvolva pesquisa agropecuária — na época do Ministro Cirne Lima, cujo governo era de extensão. O Ministro Cirne Lima, que instituiu a Lei 5.760 (Lei da Federalização), suspendeu todas as inspeções a nível de Estados. Só podia funcionar a inspeção federal, pela chamada Lei da Federalização, de 3 de dezembro de 1971.

Dentro do Plano de Desenvolvimento discutia-se a criação de uma estrutura que pudesse gerar tecnologia, para o Brasil sair daquela dependência de alimentos que tinha. No mesmo plano foi discutido como difundir a tecnologia, e foram criadas as EMATERs.

O Brasil passou por um processo de mudança muito forte naquele momento. Foi quando houve o grande estímulo: o Governo brasileiro patrocinou o desenvolvimento, financiou as indústrias de insumos e as de transformação,



promovendo a maior migração que já houve neste País, do Sul para o Semiárido, o Trópico Úmido e o Cerrado; estimulou as pessoas a colonizarem o Brasil. O Governo brasileiro patrocinou isso, de forma forte. Políticas brasileiras, naquele momento, Deputado, estimularam o investimento no físico e o Brasil foi passando por grandes transformações. Naquele momento não se tinha controle de nada em relação ao sistema de defesa.

Eu me formei em veterinária e tive oportunidade de, como recém-ingresso por concurso no Ministério da Agricultura, participar da reunião do segundo Plano de Desenvolvimento. Ali se discutiu o futuro do Brasil, que hoje é um dos maiores exportadores de produtos — coloca-se como exportador. No que se refere à exportação de bovinos, nós exportamos 26% do que produzimos e 74% ficam no nosso País. Exportamos 41% do frango que produzimos e 59% ficam no País para nosso consumo, para termos autossuficiência no processo. Quanto a suínos, exportamos 16% do que produzimos, o restante é para consumo interno. O Brasil é autossuficiente, exceto em relação ao trigo e a algum tipo de batata.

Então, aquele momento foi importantíssimo, decidiu-se que as políticas públicas fizessem isso.

Hoje estamos num outro momento, totalmente diferente: momento de investir. Precisamos investir, de forma forte, não só na melhoria da tecnologia como no sistema de controle e, principalmente, no ambiente de negócios, o que passa pela mudança da legislação, seja o código ambiental, seja a postura em relação aos conceitos, à visão que se tem de Nação e à visão que se tem de Município.

Então, o SUASA é importante, no momento, para que as decisões voltem aos Municípios e possamos estimular, sem estabelecer tamanho — pequeno, grande, médio e micro —, os produtores. Eles são brasileiros, consomem em todos os pontos. Que possamos, na verdade, cumprir essa determinação da Presidenta e do nosso Ministro, a implantação do SUASA.

Com essa visão, com esse conhecimento foi que se montou a legislação, naquele momento, e proibiu-se o leite cru. Hoje estamos num outro patamar. É momento de discutirmos isso, focados nas instituições que são respeitadas. O Ministério da Agricultura tem 150 anos. O Serviço de Inspeção Federal tem 95 anos.



O Brasil hoje abastece mais de 150 países. Se o Brasil tem hoje, para seu consumo, produtos de qualidade, isso se deve a algumas instituições, que temos de respeitar. O sistema de defesa e o Ministério da Agricultura, gestor desse processo, têm consciência disso, sabem a importância da integração e da inteligência. O próprio MDA foi criado num momento de muita inteligência.

Eu tive oportunidade de participar do PRONAF, lá atrás, no Governo Fernando Henrique, como você falou, dentro do Ministério da Agricultura.

Volto a dizer: hoje há uma estrutura. Temos que sentar juntos. Não podemos competir. A sociedade quer que cobremos eficiência, eficácia e efetividade, para que possamos ter produtividade e sermos competitivos, para que o produtor tenha renda. Isso é o que a sociedade diz.

Esse fórum é muito importante para nós. Aqui temos que sentar e discutir. Não fazer discurso para o público; é prática. A sociedade não quer mais ouvir discurso. Ela quer que a coisa ocorra. Como pode ocorrer? Se nós sentarmos e trouxermos à discussão, de forma clara, o que precisa ser feito e fazemos. Hoje, a vontade política é fazer.

Precisamos agora envolver todos os atores no processo, como a CONTAG. Com o MDA, já estamos envolvidos.

A grande discussão nesse processo é que, infelizmente, algumas regras e legislações nos travam. Nós as temos em excesso. Cria-se muita legislação. Há um processo de proteção do serviço público, em função de uma série de fatores, seja TCU, seja CGU. O servidor público criou o hábito de se proteger, e proteger é burocratismo. Queremos burocratizar!

A visão do nosso Ministro e a da Presidenta, quando ela fala em modernização, é clara: ela quer acabar com esses marcos regulatórios errados. Esse é o momento: o meio cultural é ótimo, há engajamento de todas as instituições. Temos que colocar isso em prática. Para isso, temos que ir fazer as discussões no Município. Não adianta dar ao Rio Grande do Sul o mesmo tratamento que damos ao Ceará. Hoje temos vários Estados que estão se colocando.

Quando nós começamos a discutir o novo modelo, Deputado Carlos Magno — e agradeço as suas palavras —, em relação ao próprio convênio, que antes era



anual, a primeira decisão que tivemos foi que era para ser plurianual. Para isso, temos que envolver o SUASA no sistema.

Da mesma forma, queremos colocar recursos para combater o clandestino. Temos que colocar recursos. E temos que trabalhar no Congresso, juntar as lideranças, para que possamos aumentar esses recursos. Se não levarmos recursos para as Prefeituras, elas terão dificuldades. Isso é importante.

Dentro da nossa avaliação, estamos trabalhando com indicadores de desempenho. Não estamos inventando nada. Estamos trabalhando com base em instrumentos, em ferramentas de gestão que nos dão alguns indicadores para que possamos ser o mais reais possível.

Estabelecemos que a nossa pretensão eram alguns Municípios. Se chegarmos a 1.100 Municípios, dentro do nosso indicativo, atenderemos à maioria deles. Queremos, na verdade, ter os 5.565 Municípios dentro do sistema. Vão ter que estar. Isso nós estimulamos, via convênio, via repasse de recursos, grande fomentador do processo, e levando também conhecimento e treinamento.

Na verdade, precisamos harmonizar. Acho que dentro do Governo e dentro do Ministério da Agricultura estamos trabalhando muito forte nisso, independente de sabermos se vai haver contratação. Há inclusive uma autorização para contratação, para abertura de concurso. Estamos trabalhando nesse processo. Queremos unir todas as forças de dentro do Ministério da Agricultura, seja o fiscal federal agropecuário, seja o técnico agropecuário. Queremos envolver todos nesse processo. Queremos trabalhar juntos.

Essas decisões têm que ser compartilhadas. Nós não podemos montar aqui uma regra de que, volto a dizer, o setor econômico, o agente de atividade econômica não participe, senão, vamos montar mais monstros e — aí, sim — vamos estar aqui mais um ano, sem isso rodar.

A determinação da Presidente vai ser cumprida: nós vamos fazer isso rodar, esse é o compromisso do Ministério da Agricultura. Precisamos sentar para clarear esse processo e ver como operacionalizar isso dentro da regra que temos, ver o que precisamos mudar. O que for instrução normativa será rápido, o que for decreto temos de alterar, mas, para isso, temos apoio aqui e as leis.



Ficou muito clara a questão da Casa, eu acho que é isso que tem se que colocar.

Eu sou médico veterinário e minha especialidade é leite. Estagiei em 1971, em Serro e Araxá, nas queijarias de Minas, pelo Ministério da Agricultura, orientando aqueles produtores de como poderiam melhorar a qualidade de produção. Isso foi em 1978.

Esse era o meu depoimento. Eu queria agradecer e dizer, mais uma vez, que, dentro do Ministério da Agricultura, existe vontade política, os técnicos do Ministério da Agricultura querem fazer isso acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Esta audiência foi importante porque envolveu todos os atores.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Os queijos de Minas são valorizados mais ainda, Dr. Jardim. *(Risos.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - É uma pena que não estejam todos os Deputados aqui. Há veterinários e outros que não puderam participar, todos Deputados da Comissão de Agricultura.

Foi muito importante esta audiência. Acho que todos os palestrantes sentiram que há unanimidade por parte dos Parlamentares, que querem ver implantado o SUASA. Então, apoio político não faltará com certeza.

Quero agradecer, mais uma vez, a todos os participantes...

(Não identificado) - Sr. Presidente, o senhor é muito democrático e deu serenidade a esta Comissão. Vamos ver se estudamos formar aqui uma subcomissão ou — sei lá — algum instrumento dentro da Comissão de Agricultura para apoiarmos, podermos visitar os Estados e fazer essa discussão mais a nível...

(Não identificado) - Se me permitir, Sr. Presidente, eu acho que nós tínhamos que manter uma agenda de reuniões na Comissão, sobre prestação de contas das coisas que estão acontecendo, para que, periodicamente, nós voltássemos aqui e montássemos como estão os Estados e quais são as suas deficiências.



(Não identificado) - Sr. Presidente, com essa democracia aqui, eu também queria aproveitar a presença do Dr. Jardim, do Arnoldo, do Antoninho, da CNA, do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, para dizer que nós teremos, lá em Medeiros uma audiência pública da Comissão de Agricultura — parece-me, no dia 16 de setembro —, em que vamos mostrar o primeiro centro de maturação de queijo artesanal de leite cru, numa parceria com o Arnoldo.

Nós fizemos dois em Minas e vamos inaugurar o primeiro em Medeiros. Então, a audiência vai ser lá, naquela unidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Vamos ver a parte legal, porque aqui há duas Subcomissões permanentes e duas especiais. Não sei se, na Subcomissão de V.Exa., pode entrar essa questão.

Vou encerrar esta reunião, antes, porém, convocando os Srs. Deputados para participarem da reunião deliberativa amanhã, dia 17 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, no Plenário 6.

Muito obrigado pela participação de todos.